



Diagnóstico da Pesca nos Açores

Paulo Vitorino Fontes (Associação Marítima Açoreana)

Licínio M. Vicente Tomás (CES- Universidade dos Açores)

Ponta Delgada, 2005



ÍNDICE

1	Apresentação	5
1.1	Âmbito da Investigação e Objectivos Principais	8
1.2	Metodologia	9
1.3	Processo de Amostragem	11
2.	Enquadramento contextual das pescas na actualidade	14
2.1	A Pesca no contexto mundial	14
2.2	Frota – Taxas de actividade e produtividade	18
2.3	Infra-estruturas e Organizações	20
2.4	ZEE (Zona Económica Exclusiva) - Potencialidades	22
3	Factores genéricos de caracterização	24
3.1	Caracterização sumária do exercício profissional	24
3.2	Caracterização e grau de dependência dos agregados familiares em relação à pesca	29
3.2.1	Dimensão dos agregados familiares ligados à pesca	29
3.2.2	População directamente abrangida pelas actividades da pesca	31
3.2.3	População directamente dependente dos rendimentos da pesca	32
3.3	A situação familiar e a situação das mulheres	35
3.3.1	Situação da mulher em relação à actividade marítima	35
3.3.2	Estatuto matrimonial e emprego das mulheres dos pescadores	37
3.3.3	Escolaridade e Formação Profissional	39
4	Factores relativos à actividade	41
4.1	Qualificações profissionais e situação face ao trabalho	41
4.2	Licenças de pesca (artes utilizadas)	44
		2

4.3 Subsidiariedade da pesca e pluriactividade	45
4.4 Dependência da natureza	46
4.5 Média de tempo de permanência por saída para o mar	47
4.6 Distribuição dos rendimentos (modalidades utilizadas)	48
4.7 Tipologia e importância dos subsídios à actividade	50
4.8 Grau de satisfação no exercício profissional e na situação perante o trabalho:	51
4.8.1 Satisfação Pessoal	51
4.8.2 Relação com os colegas de trabalho	52
4.8.3 Aprendizagem e progresso profissional	53
4.8.4 Condições de trabalho a bordo	53
4.8.5 Rendimentos	55
5 Participação e Envolvimento Associativo	56
5.1 Propensão associativa e reivindicativa	56
5.2 Importância Sindical	59
5.3 Prioridades para a acção associativa	62
6 Perspectivas para a Renovação da Pesca	64
6.1 Principais problemas da actividade	64
6.2 Expectativas pessoais futuras em relação à pesca	64
6.3 Necessidades para melhorar a actividade	66
6.4 Alternativas profissionais no sector	67
6.5 Alternativas profissionais ao sector	68
7 Formação e Percursos Profissionais	70
7.1 Qualificações técnicas e formação recebida	70
7.2 Percursos profissionais e longevidade profissional	71
7.3 Apetência e predisposição para adquirir novas qualificações ou uma outra formação	73
7.4 Áreas de interesse formativo	73

8 Os profissionais mais jovens e a formação	75
9 O futuro da profissão e expectativas sobre o rumo da actividade	78
10 Conclusões	79
11 Bibliografia	84
12 Anexos	88

1. Apresentação

O projecto “Mudança de Maré” enquadra-se no Programa Comunitário EQUAL que pretende o desenvolvimento de formas inovadoras de execução de políticas de emprego, formação e integração social, bem como a promoção de novas práticas de luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade relacionadas com o mercado de trabalho.

No que diz especificamente respeito ao sector piscatório, o projecto “Mudança de Maré” é de concepção e alcance local; foi promovido pela Associação Marítima Açoreana (AMA) em conjunto com várias entidades parceiras nacionais: Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria (AJISM), Associação “Crescer em Confiança”, Cooperativa Porto de Abrigo, Filmebase, Terra Mar, UMAR, Vianapesca e transnacionais: CAP – Creation Pêche, Aquipesca, FARO e Poseídon.

O “Mudança de Maré” tem como principais objectivos:

- Aprofundar o conhecimento das comunidades piscatórias, com vista à obtenção de informação quantitativa e qualitativa indispensável à implementação de medidas de acção concretas;
- Sensibilizar para a necessidade de promover a adaptação e reconversão profissional na pesca;
- Preservar o património marítimo cultural, profissional e artesanal;
- Desenvolver acções que possibilitem a reconversão profissional dos activos ligados à pesca;
- Contribuir para uma melhoria das condições de vida dos activos, criando condições que facilitem a sua estabilidade profissional, através de

acções que permitam o reforço das suas competências pessoais e profissionais;

- Promover o trabalho em parceria;
- Desenvolver medidas de igualdade de oportunidades entre géneros, promovendo a formação e inserção profissional de mulheres no sector das pescas e áreas complementares.

Assim, na concepção do projecto, foi dada importância a uma actividade que permitisse aferir conhecimento sobre as comunidades piscatórias e seu potencial de emprego, de forma a completar aquele que as organizações do sector já possuem e a colmatar lacunas de outros estudos já realizados. Este projecto foi implementado em 3 fases: a primeira de diagnóstico e de planeamento das actividades, a segunda de implementação e desenvolvimento das mesmas nas suas vertentes aplicadas e a terceira fase dedicada à disseminação dos produtos e boas práticas resultantes da fase anterior. Dada a exigência e complexidade do processo em que as diferentes actividades tomam parte, era pretensão da Associação Marítima Açoreana, através do projecto “Mudança de Maré”, numa primeira fase, empreender um estudo sociológico tendente a enquadrar o âmbito da intervenção, quer formativa quer de dinamização sectorial, que por natureza transcende os objectivos imediatos das diferentes acções que dão corpo ao projecto. A morosidade da recolha levou a adiar a análise dos dados referentes ao presente estudo, o qual decorreu ao longo da segunda fase do projecto. É, pois, do levantamento da informação junto dos profissionais do mar que aqui se pretende dar conta.

O Diagnóstico da situação dos profissionais empregados no sector da pesca nos Açores reveste-se de uma importância transversal às 3 fases do projecto (concepção, implementação e disseminação), em virtude do resultado desta actividade específica constituir uma ferramenta essencial para

conhecimento efectivo das comunidades piscatórias na sua vertente situacional e laboral.

Vindo a afirmar-se como uma base empírica para a definição e consolidação de estratégias de desenvolvimento e de adaptação do sector, terá cumprido os seus objectivos genéricos.

A presente caracterização dos profissionais da pesca responde antes de mais a uma quase total ausência de estudos de carácter aprofundado sobre a situação e perspectivas de evolução que os mesmos percebem para o sector. O projecto “Mudança de Maré” tem entre os seus objectivos globais o aprofundar de conhecimentos acerca das comunidades piscatórias, de modo a levantar informação exaustiva que fundamente a intervenção, o que nos parece indispensável à implementação de medidas de acção concretas.

Os estudos desta natureza não são abundantes entre nós. De forma a completar aqueles que as organizações do sector já possuem e a colmatar lacunas de outros estudos já realizados pareceu-nos importante reavaliar as características populacionais e circunstanciais relativas às comunidades piscatórias.

De modo a garantir o rigor científico, esta actividade foi preparada e implementada com a colaboração do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade dos Açores, com o qual se realizou um acordo de cooperação no âmbito do “Mudança de Maré”. A colaboração do CES tem sido desenvolvida através da pessoa do Professor Doutor Licínio Tomás, que tem despendido muito do seu tempo e empenho na coordenação e acompanhamento de um inquérito por questionário estruturado em função das necessidades específicas da recolha. Ancorada nos objectivos principais, a inquirição do Universo total, ainda que desejável, era inviável mas a representatividade imprescindível. Porém, a abordagem do conjunto regional, bem o sabemos, é dificultada pela descontinuidade geográfica das suas nove ilhas.

Relevemos, todavia, os objectivos principais da recolha que o presente inquérito se propunha clarificar.

1.1 Âmbito da Investigação e objectivos principais

Independentemente das finalidades que o estudo serve em termos globais, destaquemos os objectivos imediatos, sendo através deles que poderíamos tornar mais específico para enquadrar a actividade em questão:

- Caracterização sócio-profissional da população alvo (profissionais das comunidades piscatórias), quanto às variáveis biográficas mais usuais tais como a idade, os percursos profissionais, a situação face ao trabalho e a situação familiar.
- Levantamento das suas perspectivas e expectativas em relação à actividade que desenvolvem, tanto no que diz respeito à evolução do sector como o futuro do emprego e as suas perspectivas de formação ou de evolução prospectiva.
- Estabelecer um quadro de diagnóstico acerca da preparação e das competências no sentido de uma aproximação avaliativa dos recursos humanos que nos permitam perspectivar as tendências de evolução da actividade, diante de mudanças conjunturais que se avizinham ou encarar áreas alternativas para onde se poderá orientar o esforço de reconversão.
- Identificação das necessidades e do actual perfil dos recursos humanos (ou potencial humano) das comunidades piscatórias existente nos Açores, de modo a permitir a concepção e organização de respostas de formação tendentes a manter níveis mínimos de empregabilidade para essas mesmas comunidades.

Assim, impunha-se que o presente estudo fosse representativo da totalidade das comunidades piscatórias da Região Autónoma dos Açores dado

que a avaliação do potencial dos recursos humanos de um sector ou organização assim o exige. Este requisito foi cumprido elegendo como Universo amostral de sondagem os pescadores que dedicam, segundo os indicadores disponíveis, pelo menos 85% do seu tempo à actividade piscatória tornando-a, deste modo, a sua actividade principal, sem prejuízo de poder ser conciliada ocasional ou sazonalmente com uma outra.

1.2 Metodologia

Uma qualquer análise de um sector ou parcela da realidade social é sempre um dado complexo. Quando estamos perante hábitos, representações e modos de vida, o que mais ressalta são as implicações e as interacções entre factores que inequivocamente interferem com as questões em estudo. Se a conceptualização da actividade piscatória se apresenta hoje de fácil contextualização, o que é facto é que as metodologias de suporte ao nosso alcance assentam principalmente no processo de inquérito tendente à recolha de dados de situação e de opinião. Assim, metodologicamente, podemos dizer que o trabalho de diagnóstico propriamente dito está dividido em duas acções:

1ª Acção – Equacionamento dos factores de sondagem e definição amostral

Nesta fase procedeu-se a um levantamento de indicadores socio-profissionais relativos à população alvo, isto é, respeitante aos profissionais e mulheres das comunidades piscatórias, suas perspectivas e expectativas em relação à evolução do sector, emprego e formação. Esta assentou particularmente na realização de uma análise documental produzida a partir de intervenções e estudos já realizados nesta área, pela AMA e outras entidades parceiras que por inerência, detêm, uma posição e actuação de relevo quer a nível destas comunidades particulares quer a nível do funcionamento e organização do sector. Foram igualmente reunidos dados e estatísticas da actividade da pesca,

como sejam o emprego, a formação, o absentismo escolar, o papel da mulher nas comunidades piscatórias, entre outras, que são legalmente da responsabilidade dos organismos oficiais locais ou nacionais.

Uma análise de conjunto possibilitou ulteriormente situarem-se os parâmetros necessários para a definição dos factores de sondagem assim como para a construção de instrumentos de aferição em que privilegiamos neste caso concreto o inquérito por questionário.

Subsequentemente a definição de uma amostra representativa de acordo com o Universo dos profissionais envolvidos e sua segmentação etária ditaram as quotas de inquiridos a contactar por entrevista semi-dirigida.

2ª Acção – Análise estatística dos dados e elaboração de relatório final.

Na análise dos resultados à informação recolhida, as técnicas de tratamento privilegiaram a distribuição das frequências relativas (análise univariada) e alguns cruzamentos de informação por categoria de resposta, facultados em grupos específicos para efeitos comparativos, que em devida altura se explicitarão (análise Bivariada). As principais dificuldades a que a metodologia procurou responder residiram na especificidade do público-alvo, tanto do ponto de vista das carências comunicativas ou dos códigos restritos como das limitações em termos do teor da informação de natureza pessoal.

Por outro lado, estamos perante um universo social em que determinadas concepções oficiais ou vocábulos encontram resistência, senão mesmo rejeição, quanto à assimilação. Se procuramos entrar no “mundo íntimo de reconhecimento do pescador” verificamos que a sua concepção (ou mundividência) é eminentemente prática. Nesse sentido, questões como “rendimento” e “mudanças do sector” ou mesmo “formação” são noções por vezes exteriores cuja apropriação pessoal não foi efectuada. Por mais que se programe a adaptação do questionário ao mundo concreto da pesca, com as suas palavras e significados próprios, acaba por prevalecer uma fórmula “standard” que, como sabemos, implica formas diferenciadas de compreensão e resposta que deverão ser ponderadas e calibradas ulteriormente. Para

resolver estas dificuldades recorreu-se a várias estratégias, testando-se várias vezes e em vários portos o questionário, o que originou várias alterações na forma como as variáveis eram aferidas. Procurou-se constituir um grupo de entrevistadores homogéneo, ao qual foi dada uma formação prévia, sobre o funcionamento do questionário, a contextualização que se devia criar e algumas noções básicas sobre a actividade da pesca, pertinentes na aplicação do questionário.

Os questionários foram aplicados em simultâneo pelos diversos entrevistadores, nos mesmos portos, em dias que os pescadores normalmente estão em terra, como os sábados à tarde e dias de mau tempo e não aplicações isoladas “por empreitada”. Esta metodologia inovadora trouxe algumas vantagens significativas, como sejam, o total controlo sobre a autenticidade dos dados, a possibilidade de esclarecer dúvidas dos entrevistadores surgidas na recolha dos dados e uma maior proximidade e envolvimento que assim para a credibilidade do processo junto dos pescadores.

1.3 Processo de Amostragem

Com base nos dados aferidos pelo estudo da Megapesca, podemos considerar 4228 pescadores matriculados nas Capitánias dos Açores. Partindo de um número mais realista dos pescadores em actividade, considerámos tal como no estudo atrás citado, que apenas 85% destes, ou seja, 3645 indivíduos estariam afectos à pesca a tempo inteiro, com ou sem actividade complementar.

Assim, o processo de amostragem para ser representativo dos pescadores Açoreanos e para que o erro máximo não ultrapasse os 4,7%, no nível de confiança mais usual a 95%, obrigou a realizar 267 inquéritos, como se pode observar no quadro abaixo. Na prática, foram aplicados mais alguns inquéritos, o que perfaz um total de 287 questionários distribuídos proporcionalmente por 8 ilhas (exceptuou-se o Corvo).

Distribuição Amostral por Ilha

	Desagregação por Quotas		Amostra
	Universo	%	
S. Maria	128	3,5	9,4
SMiguel	2205	60,5	161,5
Terceira	445	12,2	32,6
Graciosa	157	4,3	11,5
Sjorge	111	3,0	8,1
Pico	283	7,8	20,7
Faial	244	6,7	17,9
Flores	68	1,9	5,0
Corvo	4	0,1	0,3
Total	3645	100	267,0

Em virtude de concentrar um elevado efectivo populacional na profissão, a ilha de São Miguel, está assim representada por 3 em cada cinco dos entrevistados. Na prática, os ajustamentos eram necessários. Assim ao reduzirem-se, por exemplo, os efectivos a entrevistar na ilha do Pico compensou-se pelo aumento das entrevistas em São Jorge.

Para além das ilhas, dada a importância da localização da comunidade piscatória, ajuizou-se pertinente efectuar a desagregação da amostra por concelhos e portos, respeitando, grosso modo, a proporcionalidade que se sabe existir quanto ao contributo de cada uma destas comunidades para o emprego total desta actividade na Região. Foi naturalmente o Porto de Rabo de Peixe seguido de São Mateus e Ribeira Quente no concelho da Povoação que mais entrevistas requereram. Para se garantir uma adequabilidade à realidade dos factos, em termos de distribuição amostral, atendeu-se prioritariamente à diversidade geográfica do sector e, por esse motivo, no conjunto, a ilha de São Miguel concentrou 169 entrevistas, representando mais de metade do total efectuado.

Desagregação por Quotas relativas aos Portos e Concelhos

Desagregação por Quotas			
	Portos inquiridos	Número de entrevistas	%
S. Maria	Vila do porto	12	4,2
S. Miguel	Ponta Delgada	9	3,1
	Mosteiros	9	3,1
	Lagoa	19	6,6
	Água de Pau-Caloura	15	5,2
	Vila Franca	13	4,5
	Ribeira Quente	29	10,1
	Rabo de Peixe	72	25,1
	Maia e Porto Formoso	3	1,0
Terceira	São Mateus	23	8,0
	Praia da vitória	15	4,2
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	15	4,2
São Jorge	Topo de São Jorge	2	0,7
	Calheta	2	0,7
	Velas	6	2,1
Pico	Ribeiras	7	2,4
	São Caetano e São João	7	2,4
Faial	Horta	22	7,6
Flores	Lajes das Flores	5	1,8
	Santa Cruz das Flores	2	0,7
Total		287	100

A realidade insular, com base na dispersão geográfica, induz de facto uma dispersão clara no sentido de atender a heterogeneidade do sector. Este foi pois um dado que procuramos respeitar. Inequivocamente, se existe sentido comunitário, sabemos que este reside no porto que, com propriedade, lhe confere o seu significado de comunidade piscatória. Caracterizados pelo abandono progressivo e pela regressividade artesanal, certos portos, porém, apresentam em termos de efectivos, a tempo inteiro, uma incidência muito pouco significativa, pelo que concluímos que a sua possibilidade de influenciarem resultados globais era nula. Concentrámo-nos por isso mais nos portos tradicionalmente relevantes.

9. Enquadramento contextual das pescas na actualidade

2.1. Pescas no contexto mundial e local

Desde a *antiguidade* que a pesca constitui uma fonte importante de alimentos para a humanidade, proporcionando uma importante fonte de sobrevivência, de emprego e de benefícios económicos aos que se dedicam a esta actividade. Épocas houve em que as nações dominantes tinham os recursos marítimos por um bem livre e inesgotável. Considerava-se nomeadamente que a riqueza dos recursos aquáticos fosse uma dádiva ilimitada da natureza. Mas o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e científicos e a evolução na dinâmica das pescas, principalmente, após a II Guerra Mundial fizeram desvanecer este mito. Admite-se hoje, sem reservas, que os recursos aquáticos, ainda que renováveis, são limitados e têm que se submeter a uma ordenação adequada se se desejar que a sua contribuição para o bem-estar nutricional, económico e social da crescente população mundial seja sustentado, como refere a obra *Pescas e Pescadores, Futuros para o Emprego e os Recursos*¹.

Contudo, a gestão das comunidades marítimas, ao mesmo título que a ordenação das actividades e dos recursos, representa hoje em dia uma área de desafios evidentes e prementes não tanto pelo que a preservação dos recursos e a sustentabilidade compromete mas mais pelas implicações sobre as populações e modos de vida condenados, a prazo, a desaparecerem. Numa óptica realística, ambas estas vertentes terão de ser perspectivadas de forma concertada e integrada dentro de processos de mudança potencialmente fora do controlo administrativo. É certo que as comunidades piscatórias tiram a sua importância do mar. Mas expressam-se concretamente através da actividade que as caracteriza: a da faina da pesca. Ora, o conjunto

¹ Cf. **António Brandão Moniz, M.M. Godinho e Ilona Kovács**, *Pescas e Pescadores — Futuros para o Emprego e os Recursos*, Celta, 2000.

de mudanças que atingem a sociedade ocidental e a europeia, em particular, onde Portugal se integra, salientam com toda a evidência que o sentido das transformações desintegra para além das actividades, o próprio sentido de pertença e funcionamento comunitário.

As comunidades piscatórias são, como sabemos, no concreto, sociedades de interconhecimento que vivem sincronizadas sobre a actividade marítima, dependendo economicamente do produto desta, mas a valorização e rentabilização, essas, estão confinadas a factores exteriores que na essência não controlam nem o poderiam. As variações conjunturais e as tendências da internacionalização do trabalho determinaram, em parte a especialização de certas zonas que melhor se adaptaram a uma rentabilização lucrativa da actividade marítima. Não será por demais repeti-lo: nem todas sofreram os mesmos constrangimentos mercadológicos e organizacionais. A vertente económica é uma dimensão subjacente à mudança social e a racionalidade económica do ocidente industrializado impôs um padrão de sustentabilidade e de viabilidade da vida profissional algo paradoxal com a tradição consolidada da pesca desenvolvida em moldes artesanais.

Em muitas regiões do mundo assiste-se ao desmembrar contínuo de comunidades piscatórias, devido não só à escassez do pescado mas também pelo abandono progressivo da actividade pelos jovens, devido aos baixos níveis de rendimento estruturados tendo em conta o tipo de actividade, caracterizada pelo perigo permanente, pela sua sazonalidade e, muitas vezes mesmo, pela falta ou precariedade das condições de trabalho e segurança. Em muitos países, os recursos marinhos estão sobre explorados, devido em grande parte, à ineficácia das políticas de gestão pública e privada adoptadas com o intuito de manter as capturas em níveis aceitáveis, numa lógica de mercado pouco auspiciosa. Como resultado, as capturas excedem frequentemente a capacidade produtiva e de renovação das espécies, conduzindo os *stocks* a níveis muito baixos ou não lucrativos em detrimento da sustentabilidade das comunidades piscatórias.

É também um dado que, sob o impacto predador que a rentabilização impõe, o equilíbrio foi rompido. Os ecossistemas em que se sustentam os

recursos piscatórios estão a ser alvo de diversas agressões que estão a provocar duros golpes ao nível das cadeias alimentares e da biodiversidade, condição necessária à sua continuidade. Agressões estas com diversas origens, indo desde a sobre-exploração dos recursos e efeitos da crescente poluição dos mares, (de variadas origens, doméstica, industrial, resultado da navegação, atmosférica e fluvial etc.), até aos fenómenos de natureza climática que têm efeitos sobre a morfologia, a química e a biologia dos oceanos. O incremento nas capturas de determinadas espécies em detrimento de outras interfere na cadeia alimentar e reprodutiva assim como na possibilidade de reposição dos stocks.

A pesca é uma actividade económica que tem como objecto a exploração desses recursos, e tem desempenhado um papel decisivo nesse sentido. A sobre-exploração de muitas espécies, em particular as de maior valor comercial, tem conduzido à sua rarefacção ou desaparecimento levando os pescadores à captura de outras espécies menos interessantes do ponto de vista económico, numa cadeia infundável de destruição que, apoiada em tecnologias auxiliares de captura cada vez mais sofisticados e eficazes, tem vindo a acelerar o ritmo de delapidação.

Existe, já o dissemos, algo de paradoxal neste comportamento, embora sendo ele esperado e conhecido, uma vez que, se numa primeira fase², o nível muito elevado do esforço que conduza a grandes capturas gera níveis de rendimento elevado e crescente, numa segunda fase, por depleção, gera rendimentos marginalmente decrescentes. Isto é, níveis cada vez maiores de esforço produzem resultados adicionais cada vez mais pequenos ou mesmo negativos a partir de um determinado limiar. O que, traduzido para o estado actual da actividade permite perceber que os pescadores aplicam esforços cada vez maiores e mesmo assim obtém rendimentos cada vez menores comparativamente ao que seria desejável e esperado. Compreendemos também, deste modo, que dada a especificidade do sector, os níveis

² Cf. **António Brandão Moniz, M.M. Godinho e Ilona Kovács**, *Pescas e Pescadores — Futuros para o Emprego e os Recursos*, Celta, 2000.

ecossistémicos ou ambientais, económicos e sócio-profissionais se interpenetram irremediavelmente. Não ter atenção a este dado é desprezar a lógica de funcionamento que rege a actividade marítima e a pertença comunitária dos homens do mar.

As respostas são problemáticas e as alternativas escassas em virtude dos condicionalismos sócio-culturais que caracterizam globalmente o sector e condicionam as saídas. Em virtude dos baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, os pescadores não têm outra alternativa senão aceitar os empregos mais duros na construção civil e outros trabalhos pouco qualificados e mal remunerados. As expectativas de continuidade geracional foram legitimamente quebradas. Já não desejam mais que os seus filhos venham a ser pescadores. Assistindo-se de uma forma geral a uma diminuição acentuada do peso das actividades piscatórias no conjunto das economias nacionais, ao mesmo tempo, um aumento do esforço de pesca junto dos *stocks* de pescado ainda disponíveis pese embora a gestão mais esclarecida que se promove. A pesca, tal como a agricultura, na sua forma tradicional, entraram em declínio acentuado fora dos contextos em que foi possível industrializarem-se ao incorporarem o imenso caudal de inovações tecnológicas e mercadológicas.

Sabemos assim, que o quadro actual da situação mundial e a integração nacional proporcionam à Região essa moldura de classificação da pesca como tradicional não porque seja refutável a tradição mas porque uma das características mais salientes é a da sua não incorporação das infra-estruturas, equipamentos técnicos e modalidades de funcionamento de exploração intensiva do pescado.

2.2. Frota – Taxas de actividade e produtividade

Através da análise conjunta do número de marés, dias de mar, e número de dias de mar usuais à operação de cada tipo de embarcação, em cada ilha, o Estudo Sócio-Económico do Sector das Pescas nos Açores – MegaPesca³ estabeleceu intervalos de operação por segmento de frota para as embarcações efectivamente em actividade. Assim, consideram-se três níveis de actividade: inferior a 40%, representando um nível de inactividade elevado; entre 40 e 80%, representando uma actividade próxima do meio tempo e superior a 80% que representa a plena actividade. Como actividade a 100% consideram-se os totais de dias de mar ponderado para o tipo de segmento de frota e actividade característica de cada porto.

Para o total da frota artesanal polivalente açoreana verifica-se uma plena actividade em apenas cerca de 20% das embarcações, enquanto que 46% (em 1999) e 53% (em 2000) das embarcações apresentam níveis de inactividade elevados. Das 1142 embarcações registadas em Dezembro de 2000, relativamente aos vários segmentos (82% destas tinham comprimento igual ou inferior a 9 metros; 12% tinham comprimentos entre os 9 e os 15 metros e apenas 6% são constituídas por embarcações de comprimento superior a 15 metros), os níveis de actividade maiores verificam-se nas embarcações entre os 9 e os 15 metros de comprimento, registando-se os maiores níveis de inactividade elevada no segmento de frota das embarcações menores que 9 metros de comprimento. O que mais uma vez evidencia a situação grave que a frota artesanal de reduzida dimensão atravessa.

A produtividade da frota, no Estudo da MegaPesca, foi analisada a partir dos dias de mar estimados, tendo em conta os vários segmentos da frota e a respectiva produção por embarcação. Os valores apresentados de produtividade são consideravelmente baixos e ao serem confrontados com os valores efectivos realizados pelas embarcações, verifica-se que as médias

³ Cf. Megapesca, Estudo Socio-económico do Sector das Pescas dos Açores, Direcção Regional das Pescas, 2000.

apresentadas representam um testemunho confirmativo da elevada inactividade de parte da frota dos Açores.

Das embarcações registadas em 1999 apenas 731 exercem actividade, mas em 2000, a frota activa ficou reduzida a 627 unidades, isto é, num espaço de um ano deixaram de pescar 104 embarcações, o que representa uma quebra da actividade superior a 14%.

Esta frota, constituída por pequenas embarcações locais e costeiras de reduzida autonomia (mais de 90% são “bocas-abertas”), é simultaneamente uma frota velha, com idade superior a 25 anos, mesmo que muitas delas tenham sido de facto reconstruídas totalmente, não alteraram as suas características essenciais: não dispõem de porão, nem de convés, nem de cabina, pelo que durante o Inverno têm a sua actividade confinada à orla costeira. No Verão, faz-se o exercício da actividade nos pesqueiros afastados da costa, mas exigindo das tripulações um trabalho em condições particularmente duras e desumanas, pois estas embarcações não possuem condições para operar mais de que um dia no mar.

Esta frota de reduzida autonomia e envelhecida não consegue proporcionar aos pescadores e armadores níveis de rendimento dignos e atractivos. O que pode ser bem ilustrado pelos seguintes dados, cedidos pela Cooperativa Porto de Abrigo:

Das embarcações activas nos Açores em 2000; 334 (mais de 50%) tiveram rendimentos inferiores a 12 470 €; 83 tiveram rendimentos entre os 12 470 € e os 24 940 €; 85 tiveram rendimentos entre os 24 940 € e os 49 880 €; 25 entre os 99 760 € e os 149 640 €; 14 tiveram rendimentos entre os 149 640 € e os 249 399 € e apenas 11 tiveram rendimentos superiores a 249 399 €.

Relativamente a 2001 e, tendo uma vez mais como base os rendimentos das embarcações associadas na Porto de Abrigo, mas desta vez somente na Ilha de São Miguel, verifica-se que: 39 embarcações tiveram rendimentos inferiores a 5 000 €; 39 auferiram rendimentos entre os 5 000 € e 12 470 € ; 35 tiveram rendimentos entre os 12 470 € e os 24 940 € ; 8 embarcações auferiram rendimentos entre os 99 760 € e os 149 640 € e apenas 3 embarcações tiveram rendimentos superiores 149 640 €.

As condições de subdesenvolvimento estrutural geradoras de baixos rendimentos e responsáveis pela situação de pobreza que caracteriza as principais comunidades piscatórias açoreanas, assim como pelas taxas de insucesso escolar e os universos socioculturais existentes.

2.3. Infra-estruturas e organizações

Muitos dos pequenos portos de pesca e varadouros existentes na Região não sofrem reparações ou melhoramentos nos últimos 20 anos, o que condiciona negativamente as condições de segurança e de operacionalidade de quantos aí queiram exercer a actividade da pesca. No entanto, criaram-se condições adequadas à concentração da actividade nos principais portos de pesca dos Açores, onde foram realizados significativos investimentos, nomeadamente no porto da Ribeira Quente, Rabo de Peixe, Lagoa e Ponta Delgada – na ilha de São Miguel; no porto da Praia da Vitória na ilha Terceira, em São Caetano e Ribeiras na ilha do Pico e no Porto das Lages na ilha das Flores.

O sistema público de lotas também foi melhorado, com a construção de novas infra-estruturas em Ponta Delgada, Rabo de Peixe, Praia de Vitória e Horta.

No que se refere aos impactos dos últimos investimentos realizados em infra-estruturas portuárias na ilha que concentra mais pescadores, através do estudo de caracterização do sector da MegaPesca, verificar que a construção do porto de Rabo de Peixe; da Ribeira Quente e a ampliação do porto da Lagoa, provocou alguma insatisfação em relação às opções tomadas na altura e ao processo de consulta dos pescadores. Hoje, depois de alguns anos e da mudanças ocorridas, verifica-se que as obras de melhoramento ou de construção realizadas, de um modo geral, melhoraram significativamente as condições de operacionalidade e de segurança nos portos em questão, verificando-se um nível elevado de satisfação dos pescadores em relação aos investimentos realizados.

Em relação às organizações do sector importa destacar o percurso associativo que se tem verificado na Região. Os primeiros movimentos associativos tiveram início com a constituição de três sindicatos de pescadores entre 1974 e 1975 (sindicato dos pescadores de São Miguel e Santa Maria; de Angra do Heroísmo e o da Horta). Posteriormente foi fundada a Cooperativa Porto de Abrigo (1984), por iniciativa destes sindicatos e reconhecida pelo Estado Português e pela União Europeia como Organização de Produtores da Pesca (1993).

No ano de 1987 foram criadas a APASA – Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores, reconhecida como Organização de Produtores e Associação de Industriais de Atum dos Açores. Em 1997 foi fundada a Cooperativa de Pescadores da Ribeira Quente, que se dedica à comercialização e ao apoio administrativo àquela comunidade piscatória. De 1999 a 2001 outros passos importantes foram dados no percurso associativo, com criação da Associação de Pescadores Picoenses, a Associação de Pescadores de São Jorge e com a fundação da Organização de Produtores de Demersais dos Açores.

A nível sindical estão-se a conjugar esforços para a união dos 3 sindicatos existentes nos Açores, sob a forma de uma federação, para que aumentem a sua importância reivindicativa e de representação do sector.

Desde a sua fundação a Porto de Abrigo tem procurado desenvolver a cooperação entre as associações de pescadores e de marítimos, e participou de forma activa no processo de constituição da Coopescaçor – Cooperativa de Comercialização de Pescado e de Aproveitamento das Embarcações (que procura saídas comerciais para a produção dos associados) e, da Associação Marítima Açoreana (AMA) – Instituição particularmente empenhada na valorização sócio-profissional das comunidades piscatórias e que se encontra reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social.

Verifica-se que cada vez é dada mais importância ao trabalho de parceria e à união de esforços das diferentes associações do sector e dos diversos órgãos governamentais, para melhor defesa dos interesses da pesca na Região e nas instâncias Comunitárias.

2.4. ZEE (ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA) – Potencialidades

Os Açores são um arquipélago constituído por nove ilhas dispersas e relativamente isoladas (formam três grupos), situado no Atlântico entre os continentes Europeu e da América do Norte. Possuem uma zona económica exclusiva extensa de quase um milhão de km,² mais concretamente 948 439 Km,² mas com uma plataforma costeira reduzida. A ausência de plataforma continental determina que apenas 0,8% dessa área seja de profundidade inferior a 600 mts, onde se exerce o esforço de pesca e, 6,8% com a profundidade situada entre os 600 e os 1500 mts, onde apenas algumas experiências têm sido feitas na captura de novas espécies.

O esforço de pesca é exercido em redor de cada uma das ilhas, numa reduzida faixa cuja largura máxima raramente excede as três milhas, e em bancos de pesca correspondentes ao cume de montanhas e planaltos submarinos, geralmente bastante afastados das ilhas e pouco extensos. A morfologia acidentada dos fundos onde predominam as grandes profundidades determina de forma desfavorável a produtividade de pesca; um ecossistema que favorece a diversidade das espécies mas com reduzida produtividade por espécie.

A fragilidade dos ecossistemas exige uma gestão cuidada dos recursos como única forma de assegurar condições para o exercício duma pesca responsável.

A dimensão da Zona Exclusiva dos Açores e os dados resultantes dos estudos realizados pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores permitem-nos considerar que: a pesca nos Açores pode crescer de forma sustentada, invertendo-se a tendência para a redução de capturas. Sendo possível valorizar as espécies tradicionais e iniciar com sucesso a captura de novas espécies, a maiores profundidades, como o espada preto, crustáceos e tubarões de profundidade. E de igual modo,

encontrar alternativas rentáveis em actividades afins, nomeadamente na área da pesca-turismo.

Afigura-se de grande importância que a gestão da ZEE dos Açores seja de proximidade e cooperativa, isto é, com responsabilidade partilhada pelos profissionais, investigadores e Administração Regional. Temática esta que tem vindo a ser discutida e a merecer considerável atenção nos últimos encontros e seminários, alguns deles de carácter internacional, relacionados com as pescas nos Açores.

De um modo geral, segundo as organizações do sector, a gestão da ZEE dos Açores implica:

- a) O conhecimento do potencial de captura das principais espécies e a concessão das licenças seja determinada em função da sustentabilidade da pesca, respeitando o princípio de que as comunidades piscatórias residentes devem ser as primeiras beneficiárias do acesso aos direitos de pesca na Região;
- b) O efectivo controlo das capturas efectuadas no mar dos Açores pelas embarcações licenciadas, mesmo quando a descarga do pescado se efectue fora da Região. Parecendo justo que os navios da frota não residente, que pescam ou vendem nos Açores, devem cumprir as obrigações a que estão sujeitos os pescadores açoreanos, incluindo a necessidade de adaptarem os seus equipamentos às características técnicas que vigoram localmente.

3. Factores genéricos de caracterização

3.1. Caracterização sumária do exercício profissional no sector

3.1.1. Idades dos profissionais inquiridos

Idade dos pescadores entrevistados:

	Frequência	Percentagem
Menos de 25 anos	49	17,1
25 a 34 anos	85	29,6
35 a 44 anos	66	23,0
45 a 54 anos	48	16,7
55 e mais	39	13,6
Total	287	100.0

Verificamos neste grupo sócio-profissional que a idade média dos entrevistados é de 37,5 anos. Tendo em conta que no universo de trabalhadores activos açorianos ela se situa nos 37 anos e em 39,3 para os activos do todo nacional, verificamos ainda estar perante um conjunto relativamente jovem comparativamente com a tendência que assola o sector primário onde a propensão para o envelhecimento no activo já se faz sentir. A classe etária modal do conjunto dos entrevistados é a dos 25 e 34 anos.

3.1.2. Idade com que se começou a trabalhar na pesca

O início de actividade profissional marca e em muito o início de uma vida activa ou de uma carreira. Para este tipo de profissionais, a entrada na vida activa começa relativamente cedo: observação que é tanto mais vincada consoante as gerações que suportaram a observação. As gerações mais velhas entraram comparativamente mais cedo na vida activa, acabando ou não a escolaridade mínima aos 10 anos de idade, muitos começaram a ajudar as famílias no trabalho de apoio à pesca. Nalgumas comunidades é

frequente a existência de situações de trabalho infantil, como é verificável pela análise dos inquéritos aplicados.

Idade com que começou a trabalhar:

	Frequência	Percentagem	% Cum.
Menos de 12 anos	50	17,4	17,4
12 anos	33	11,5	28,9
13 anos	39	13,6	42,5
14 anos	79	27,5	70,0
15 anos	40	13,9	83,9
16 anos	11	3,8	87,8
De 17 a 20 anos	15	5,2	93,0
21 e mais anos	10	3,5	96,5
Não responde	10	3,5	100
Total	287	100,0	

Em média, no conjunto das gerações de entrevistados, começou-se a trabalhar aos 13,6 anos de idade. Mas que traduz na realidade este indicador? Efectivamente se tivermos em conta que a média das idades no continente português avaliando pelo mesmo indicador é de 16,7, no geral, a idade de início de actividade no sector piscatório para os Açores informa de uma entrada muito precoce dos profissionais do mar que muitas vezes começou por se seguir o pai na faina do mar. Inequivocamente, três anos de diferença em idades jovens são um indício revelador de práticas e modos de vida peculiares e uma característica indelével na especificidade do sector.

Em matéria de início de actividade, de facto a situação dos homens é muito diferente da das mulheres, por isso os indicadores anteriormente referidos, tanto para a Região como para o continente apenas se referem à faixa da população masculina. Sinal dos imperativos de trabalho que recaem mais sobre o homem, a procura precoce de trabalho retira efectivos à escola e atesta o abandono precoce da escolarização em favor da angariação de meios de subsistência que, no caso vertente, se supõem provir do produto da pesca.

Esta afirmação é particularmente verdade pelo menos para cerca de 7 em cada 10 dos inquiridos que começaram logo a laborar neste sector, como se pode observar no quadro abaixo.

É facto que a análise de início de actividade apresenta grande variação de acordo com a geração de pertença. Também não desconhecemos que o calendário de entrada e de saída do activo se alteram. É significativo constatar que nos entrevistados de mais de 45 anos, a idade média com que se estrearam a trabalhar — e para a grande maioria foi logo nesta actividade — foi de 12,7 anos e as gerações com mais de 55 anos essas, o mais habitual, era começarem com cerca de 10 anos de idade.

A estabilidade no sentido da continuidade do exercício profissional ligado à faina do mar é claramente saliente atendendo a que cerca de 70 % começou logo nestas lides como forma de vida activa e a mesma se mantém, isto é, sempre foram pescadores ainda que em alguns casos conjugando isto com uma certa pluriactividade subsidiária das fases mais conturbadas.

Começou logo na pesca?

	Frequência	Percentagem
Sim	193	67,2
Não	44	15,3
Ns/nr	50	17,4
Total	287	100.0

Efectivamente, a percentagem de indivíduos cujo o primeiro trabalho é desta natureza é da ordem dos 67, 2%. As actividades de suporte constituem actividades conexas ao sector que directa ou indirectamente vivem da pesca, mas são estas que propiciaram, no entanto, alguma dúvida na resposta, reflectida na elevada percentagem dos que não sabem ou não respondem.

Vimos do anterior que muitos dos pescadores actuais começaram, na sua grande maioria, logo a sua a actividade profissional no sector em que actualmente exercem. Contudo, depois de uma reavaliação verificamos que

22,6% do total de entrevistados transitaram de uma actividade anterior diferente e em nada relacionada com a que actualmente exercem.

Proveniência profissional dos que não iniciaram a sua actividade na pesca:

	Frequências	%
Construção civil	24	8,3
Agricultura, agropecuária e silvicultura	8	2,8
Industria	11	3,8
Comércio	16	5,7
Serviços	17	5,9
Emigração	4	1,4

A construção civil e o comércio e serviços (para os mais novos) pelas suas características peculiares de exigirem pouca qualificação e de precariedade constituem as proveniências dos que não iniciaram imediatamente a sua vida activa na actividade piscatória.

Até agora sempre foi pescador?

	Frequência	Percentagem
Sim	200	69,7
Não	82	28,6
Ns/nr	5	1,7
Total	287	100.0

A grande maioria dos entrevistados teve o seu primeiro trabalho na pesca, como já foi verificado, e comparando com a percentagem daqueles que até ao momento da entrevista sempre foram pescadores, cerca de 70 %, é de salientar a pouca mobilidade profissional dos recursos humanos afectos ao sector.

Facto que encontra justificação nas características específicas da pesca, que mais do que uma profissão é um modo de vida, perpetuado de pais para filhos e em que as competências necessárias e reconhecidas como tais pelos

pescadores, são transmitidas pela prática e experiência desde a mais tenra idade.

3.1.3 Mobilidade ou fixação local do exercício da actividade

Sempre exerceu aqui a sua actividade?

	Frequência	Percentagem
Sim	173	60,3
Não	83	28,9
Ns/nr	31	10,8
Total	287	100.0

Em relação à mobilidade no exercício da profissão, mais concretamente, em relação aos portos de pesca, verifica-se que cerca de 30% (28,9) dos inquiridos utiliza ou já utilizou mais do que um porto para desenvolver a sua actividade. Necessidade explicada pelos investimentos públicos nos principais portos da Região, que foram melhorados nas suas condições de segurança e de apoio à actividade, atraindo assim pescadores que desenvolviam a pesca em portos e varadouros de reduzida dimensão e que não foram melhorados.

3.2. Caracterização e grau de dependência dos agregados familiares em relação à pesca

3.2.1. Dimensão dos agregados familiares ligados à pesca

Atendendo a dimensão do agregado familiar que a sondagem evidenciou, o nível populacional mais provável abrangido em redor do pescador é 4,92 vezes superior. Apesar da família alargada, que como sabemos ainda se verifica no seio das comunidades piscatórias, podemos constatar que a categoria modal dos agregados é de apenas 4 indivíduos e a dimensão média de 4,92 pessoas.

Dimensão do agregado familiar:

	Frequência	Percentagem
Pessoa só	15	5,2
2 a 3 pessoas	53	18,5
4 a 6 pessoas	155	54,0
7 a 10 pessoas	61	9,7
Mais de 10 pessoas	17	5,8
Não responde	23	8,0
Total	287	100,0

A leitura destes dados deixa antever, concretamente uma família nuclear com pai, mãe e dois ou três filhos. A Família com uma extensa progenitura é um modelo também aqui em declínio acentuado, no entanto, temos ainda cerca de 30% de agregados com dimensão igual ou superior a 6 pessoas na sua composição. Seja como for, dada as reduzidas alternativas de actividade feminina na família pescadora, a dependência dos menores e ascendentes sem rendimento assenta na actividade profissional do marido que neste caso é a actividade extractiva do mar. A questão da dependência directa ou total não é fácil de equacionar mesmo no seio das famílias de pescadores dado que não sabemos o grau de intermitência das outras actividades principais ou

secundárias dos restantes membros, sendo a actividade piscatória também ela muitas vezes uma actividade subsidiária de outras. Cremos, ter no entanto, levantado alguns indicadores congruentes com a realidade das vivências, as quais explicitam um elevado grau de dependência dentro dos agregados que fazem deste modo de vida a sua principal actividade.

Dimensão do agregado familiar do pescador:

Número de pessoas no agregado	Frequência	Nº de pessoas abrangidas
1 Pessoa	15	15
2 Pessoas	12	24
3 Pessoas	41	123
4 Pessoas	71	284
5 Pessoas	47	235
6 Pessoas	37	222
7 Pessoas	9	63
8 Pessoas	7	56
9 Pessoas	8	72
10 Pessoas	4	40
11 Pessoas	5	55
12 Pessoas	5	60
14 Pessoas	2	28
22 Pessoas	1	22
Total	264	1299

As famílias, por vezes numerosas dos pescadores, informam-nos de que muitas pessoas deles dependem económica e familiarmente. Com efeito se tivermos em consideração que para o nível de amostragem a 95% se apurou um quantitativo de 264 respondentes e se verificou que tal corresponde a um universo de 1299 pessoas (quadro abaixo) que no total constituem o universo familiar relacionado e dependente da pesca, poderemos admitir, em termos de extrapolação, que para o universo populacional total, o conjunto de indivíduos

ligados familiarmente à pesca na totalidade dos agregados familiares se situa entre os 17 319 e os 18 415, incluindo os próprios profissionais declarantes⁴.

3.3.2 População directamente abrangida pelas actividades da pesca

Quando consideramos unicamente as pessoas dentro dos agregados que prioritária ou exclusivamente se ocupam em actividades relacionadas com a actividade da pesca (extracção ou preparação dos instrumentos e iscas), fica claro que o universo é inferior ao que anteriormente se mencionou. O quadro que se apurou contabiliza, deste modo, os membros do núcleo familiar afectos ao conjunto das tarefas e actividades que, no interior, da família se relacionam directamente com a pesca.

Pessoas do agregado familiar directamente ligadas à pesca:

Número de pessoas no agregado	Frequência	Nº de pessoas abrangidas
1 pessoa	146	146
2 pessoas	52	104
3 pessoas	22	66
4 pessoas	18	72
5 pessoas	6	30
6 pessoas	1	6
7 pessoas	1	7
10 pessoas	4	40
Total	250	471

Verificamos assim que a actividade das pescas, no interior dos agregados, é extensível a 36,3% do conjunto de indivíduos pertencentes aos agregados de pescadores. A razão encontramos-la facilmente no facto de a mulher ou os filhos mais velhos poderem ter uma outra actividade, mas estas situações não vão para além de 20% dos casos, o que significa sobretudo que cerca de metade

⁴ Extrapolação de acordo com a quota de sondagem, mantenho um nível de erro absoluto máximo igual ao desvio amostral, admitindo que a dimensão do universo real directamente ligado à actividade extractiva da pesca na região seria de 3645 indivíduos, como se admitiu no início para este estudo.

dos restantes membros são menores ou velhos dependentes sem tarefas atribuídas directamente relacionadas com esta actividade em apreço. Aplicando o mesmo princípio de extrapolação anterior, poderíamos dizer que o quantitativo de indivíduos que no interior dos agregados familiares açorianos exercem funções directamente relacionadas com a actividade da pesca deverá situar-se entre 6279 e 6677.

3.3.3 População directamente dependente do rendimento da pesca

Neste domínio de trabalho, a pluriactividade é pouco frequente mas no seio do agregado familiar a conjugação de complementos de rendimento provenientes de outros ramos de actividade com os da pesca pode efectivamente ser observada para alguns casos. Assim, apuramos que cerca de 22,2% dos membros do agregado familiares conseguem ser autónomos face ao rendimento auferido e proveniente da actividade principal do chefe de família que é, no caso, a pesca a tempo inteiro.

Pessoas do agregado familiar directa ou exclusivamente dependentes do rendimento da pesca:

Número de pessoas no agregado	Frequência	Nº de pessoas Abrangidas
1 pessoa	25	25
2 pessoas	35	70
3 pessoas	35	105
4 pessoas	53	212
5 pessoas	31	155
6 pessoas	26	156
7 pessoas	7	49
8 pessoas	6	48
9 pessoas	6	54
10 pessoas	3	30
11 pessoas	4	44
12 pessoas	3	36
13 pessoas	1	13
14 pessoas	1	14
Total	236	1011

Se consideramos que, decorrentes do quadro anterior, 77,8% sobrevivem exclusivamente desta fonte exclusiva de rendimento podemos dizer que estamos em condições de obter algumas informações para além dos dados inicialmente apresentados relativos à dimensão do universo populacional abrangido. Assim, a população de pescadores e seus familiares directa ou exclusivamente dependentes da actividade da pesca marítima situar-se-á, para o conjunto da Região, entre 13479 e 14 332 indivíduos. Naturalmente, um estudo de índole económica sobre o sector não poderia deixar de fora aqueles cuja a actividade se situa a jusante da extracção piscatória que, no presente estudo, recai sobre o chefe de família enquanto unidade privilegiada de sondagem. Assim, para se ter uma ideia a mais aproximada possível do volume de indivíduos afectos directa ou indirectamente às actividades ligadas ao produto da pesca, deveriam também ser estimados aqueles agregados familiares cuja actividade dos membros se exerce quer no âmbito da conservação quer da comercialização e transporte do pescado. Mas perante este tipo de actividade, o presente inquérito é, pela sua natureza e pretensão, claramente insuficiente. Sabemos no entanto, de outras fontes, que as actividades de processamento, distribuição e venda empregam conjuntamente um volume equivalente a cerca de 68% do estimado na extracção.

Comparando, a título de exemplo, com dados disponíveis para o total de recursos humanos afectos ao sector, desde a extracção, passando pelo processamento, até à comercialização, verificamos que o universo de indivíduos dependentes da pesca nos Açores é consideravelmente maior. Fazendo fé nos dados obtidos pelo estudo a cargo da MEGAPESCA, teríamos 5171 indivíduos com actividade profissional nos sectores de actividade relacionados com a actividade ou o produto das pescas, e se aplicarmos a extrapolação anterior, o universo populacional de indivíduos ligados familiarmente à pesca na totalidade da população da Região poderá situar-se entre os 22 764 e os 24 205 indivíduos.

Estimação do volume de emprego ligado à actividade da pesca na região:

Pesca (extracção)	Processamento	Empresas dependentes	Pessoal ao ser viço na comercialização	Total RH afectos
3 066(a)	873(a)	290(a)	1239(a)	5171(a)
1392(b)	611(c)	-		2003

(a) Fonte: Estudo Sócio-Profissional das Pescas nos Açores, Megapesca (dados de 1998).

(b) Fonte: INE, Censos 2001, Volume Açores, Quadro 6.32, ramo de actividade = Pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados.

(c) Fonte: INE, 2001, Volume Açores, Quadro 6.32, ramo de actividade = Industria transformadora da pesca e da aquacultura.

De acordo, com o conjunto de dados que referimos cabe efectivamente relevar que a nota dominante é a discrepância de valores não por perspectivação diferenciada das abordagens mas por assentarem isso sim em indicadores referentes cada um deles a situações bem distintas. Com efeito, se admitirmos que uma família que tem apenas um membro a trabalhar directamente nas pescas e que proporciona a principal fonte de sustento da unidade familiar é diferente de uma outra cuja dependência do chefe de família é menor quer porque existem outros membros a trabalhar em diferentes ramos que podem ou não estar relacionados com o produto e a actividade da pesca quer porque exercem actividades alternativas temos uma noção da dificuldade de estimativa. O que é facto é que, considerando só os agregados cujo o chefe de família faz da profissão de pescador o principal sustento da família, verificamos que a dependência directa abrange cerca de 80% da população, ou seja, 4 em cada 5 pessoas, membros desses mesmos núcleos familiares e por isso consideramos que o quantitativo de cerca de 14 000 indivíduos (idades e estatuto familiar confundidos) deverá ser uma razoável aproximação. Naturalmente, haverá que somar a estes, ainda os que trabalhando em actividades afins, vivem exclusivamente do processamento do produto da extracção piscatória. Mas para este grupo, o presente inquérito, releva-se insuficiente.

3.3. A situação familiar e a situação das mulheres

3.4.1. Situação da mulher em relação à actividade marítima

Apesar das evidentes implicações que a pesca tem directa e indirectamente nos quadros de vida familiar e na actividade das mulheres, este estudo incidiu especificamente no universo de pescadores, isto é, nos profissionais do sexo masculino que saem para o mar. Neste sentido, a situação das mulheres dos mesmos apenas pode ser deduzida do que os entrevistados (homens) relatam sobre a sua situação conjugal.

Assim, neste estudo apenas foram recolhidas as opiniões dos profissionais da pesca e não dos seus conjugues, dado que apenas foi entrevistada uma mulher. Das raras excepções de mulheres que desenvolvem esta actividade com perfil substancialmente masculino, encontram-se recenseados dois casos para todo o arquipélago. Facto que efectivamente pode ser tomado como indicador do espaço de exercício profissional que está consignado a ambos os sexos assim como traduzir estatutos e expectativas perante a profissão em questão. A rigidez da tradição manifesta aqui o seu imperativo condicionamento das escolhas que estão reservadas a homens e mulheres e dos respectivos percursos activos também⁵.

Mas a tradição revela-se impiedosa pelo que estas mulheres, à semelhança de tantas outras, acumulam as actividades profissionais como conjunto de tarefas domésticas que os homens não executam ou raramente o fazem em virtude dos constrangimentos que a tradição representa no seu condicionamento das mentalidades. Ainda que outrora existisse a actividade alternativa da apanha de algas ou lapas que também lhe estava destinada, salvo algum caso raro de actividade no mar aberto, a participação da mulher

⁵ Uma recente reportagem publicada na revista *visão*, datada de 16 de Dezembro 2004, salienta precisamente aqueles casos de “transgressão” da tradição em que as mulheres açorianas se fizeram profissionalmente ao mar, ombreando os homens no exercício da actividade e na angariação do sustento familiar. O autor recenseou 7 casos de mulheres pescadoras que por razões diferentes adoptaram a pesca artesanal em embarcações de boca aberta como principal modo de vida. Cf. artigo de Henrique Botequilha, “mulheres do mar”, *Visão* de 16 de Dezembro pp. 124-130.

está hoje mais confinada às actividades de apoio à pesca, na retaguarda do marido. Todavia, hoje são as actividades relacionadas com o desembarque do pescado e sobretudo com o apoio administrativo na “gestão da papelada” imposta pelos requisitos legais que resumem a participação da mulher de pescador.

Efectivamente, decorrente ainda do peso da tradição, a estrutura familiar e a distribuição de tarefas encontra-se de perto relacionada com a estrutura da propriedade e a posição profissional do marido. A posse de barco está para a faina da pesca como a posse de terrenos rústicos está para a actividade agrícola; a posse de propriedade possibilita um maior rendimento e uma posição profissional não subordinada. O quadro de sustentabilidade familiar e a posição da mulher deverão ser interpretados de acordo com tais indicadores sendo certo que é tendencialmente na pesca “tradicional de cariz familiar” que a repartição de funções e atribuição de tarefas diferenciadas evidencia uma complementaridade feminina de realçar. O recurso à actividade da mulher fora do âmbito familiar é ainda visível na divisão funcional do trabalho em terra. Assim, nos casos de uma estrutura da actividade piscatória desenvolvida em moldes empresariais, a repartição funcional das tarefas emprega, por vezes, as mulheres em terra na preparação (de aparelho e gamelas ou de “iscar”) com formas variáveis de contratação à tarefa ou ao dia.

De acordo com estas observações, e perspectivando o lugar ocupacional da mulher, afigura-se importante olhar agora para o estatuto matrimonial do pescador assim como para a actividade que efectivamente se desenvolve. Na tradição familiar, às mulheres compete o espaço de casa e das lides do lar e para o caso de um espaço familiar sustentado pela pesca como principal actividade, competem ainda actividades supletivas. A regressão de algumas destas actividades (as quais lhe estavam outrora reservadas) teve como consequência o retorno à sua condição essencialmente de “doméstica” quando as oportunidades de captação laboral fora do lar se revelaram escassas ou nulas. Efectivamente, a avaliar pela declaração do marido, poucas são as esposas que desempenham uma actividade profissional a tempo inteiro fora do espaço doméstico.

3.4.2. Estatuto matrimonial e emprego das mulheres dos pescadores

A união conjugal é a forma de ligação mais habitual, sendo que dos entrevistados, cerca de 70% (69.3) são casados. A categoria de união de facto, como se pode verificar no quadro abaixo, é uma categoria residual, assim como as restantes em termos de estado civil, onde os separados e divorciados somam contudo 3,1%. Um quarto dos entrevistados ainda não contraiu matrimónio muito devido à sua ainda jovem idade.

Estado civil - Entrevistados

	Frequência	Percentagem
Solteiro	69	24,0
Casado	199	69,3
Divorciado	6	2,1
Separado	3	1,0
União de facto	5	1,7
Viúvo	3	1,0
Não respondem	2	,7
Total	287	100,0

Em relação à actividade profissional das mulheres dos pescadores do conjunto da Região, com base nas respostas dos profissionais entrevistados (conjugues), podemos verificar que *cerca de 75% (três em cada quatro) destas não exercem qualquer profissão remunerada*, pelo que trabalham em casa nas tarefas domésticas, sem categoria profissional, sem horário e sem estatuto social valorizado.

De acordo com os resultados abaixo assinalados, também se pode observar a significativa percentagem de 16,3% das mulheres que trabalham por conta de outrém, e uma pequena percentagem (2,3%) que trabalham juntamente com a família na pesca e isto mais em tarefas de apoio, ou seja, normalmente no trabalho de terra, na preparação dos aparelhos de pesca, recebendo assim

remuneração e demais regalias da profissão. É importante salientar a ausência de mulheres desempregadas nas comunidades piscatórias, atendendo que os trabalhos domésticos absorvem esta categoria.

Actividade da mulher na altura da entrevista:

	Frequência	Percentagem
Doméstica (trabalha em casa)	96	74,4
Empregada por conta de outrém	21	16,3
Empregada Doméstica	5	3,9
Trabalha na pesca para a família	3	2,3
Desempregada	0	0
Outra	4	3,1

Em relação à colaboração e ao tipo de ajuda que a mulher dá na actividade da pesca, verifica-se que mais de metade das mulheres não colabora na actividade da pesca, ou por exercer outra actividade ou por a família não achar necessária essa colaboração.

Considerando que cerca de 70% (69,3) dos entrevistados são casados e, independentemente das respectivas esposas exercerem ou não actividade profissional, tentou-se aferir o tipo de ajuda que as mulheres dão na actividade da pesca ou não. Da minoria que participa, destaca-se 17,1% das mulheres que dão apoio administrativo à actividade dos maridos, armadores neste caso.

Tipo de ajuda que a mulher dá na pesca:	Sim (%)	Não (%)
1. Cuidar de papéis e facturas	17.1	51.3
2. Preparar aparelhos de pesca	6.2	62.2
3. Preparar o isco (cozer batata, cortar peixe....)	7.8	60.6
4. Lavar barco e cuidar da casa de aprestos	2.6	65.8
5. Outra.	0	0

Das poucas mulheres entrevistadas e, por consequência, sendo a sua principal actividade a pesca, há a destacar a opinião de que se mais apoios e oportunidades houvessem, mais mulheres se dedicariam à pesca. O que releva

da importância de prosseguir com iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades, tanto em programas e projectos de intervenção futura, como na aplicação das acções previstas a implementar pelas diversas entidades ligadas ao sector das pescas nos Açores.

3.4.3. Escolaridade e Formação Profissional

	Nível de Instrução dos entrevistados		Nível de Instrução das mulheres	
	Frequência	Percentagem	Frequência	Percentagem
Não lê nem escreve	34	12.1	6	3.0
Lê e escreve s/aproveitamento.	13	4.6	13	6.5
Básico ou Primário	152	53.9	113	56.5
Ciclo Preparatório (2º ano)	64	22.7	47	23.5
Ensino Unificado (9º ano)	13	4.6	14	7.0
Nível Complementar (10-12º ano)	6	2.1	6	3.0
Ensino Superior	0	0	1	0.5
Total	282	100	200	100

Em relação ao nível de instrução dos profissionais entrevistados e na comparação com o nível de escolaridade das mulheres destes, é importante realçar que a percentagem de homens que não sabe ler nem escrever (12,1%) é muito superior à das mulheres (3.0%).

Disposição das mulheres em receber formação (sugerido pelos homens):

	Percentagem
Sim	30.4
Não	23.0
Ns/nr	46.6
Total	100.0

Cerca de 70% dos entrevistados são casados, como se pode observar no quadro referente ao estado civil. No entanto, só 53,4% destes é que se pronunciam sobre as respectivas esposas, ou têm uma opinião definida sobre o interesse delas, o que pode demonstrar algum desinteresse sobre a inserção profissional das mulheres, já que 46,6 % dos inquiridos não tem uma opinião definida, ou não a quer revelar, sobre as expectativas de formação e de inserção profissional das respectivas companheiras.

Que tipo de Formação ou com que Finalidade (Sugerido pelos homens)?

Tipos de Formação desejada	Percentagem
Cozinha, Culinária e similares	22.6
Informática	19.4
Hotelaria e serviços turísticos	16.1
Costura e artes do lar	12.9
Serviços de limpeza	9.7
Actividades supletivas da pesca	6.5
Artesanato	3.2
Outro tipo de trabalho (Vendas, secretariado)	9.7
Total	100.0

Pode-se verificar as áreas de formação sugeridas pelos homens como tipicamente femininas na óptica destes. O que para prosseguir os objectivos de igualdade de oportunidades e de inserção profissional das mulheres releva a importância de realizar um estudo de diagnóstico da situação das mulheres e suas perspectivas familiares e profissionais, relacionadas ou não com a actividade da pesca.

4. Factores relativos à actividade

TRABALHO e EMPREGO

4.1. Qualificações profissionais e situação face ao trabalho

A situação face ao trabalho em função dos principais grupos de idade:

Situação face ao trabalho	Grupos de Idade		
	Até aos 30 anos	De 30 a 45 anos	45 e mais
Armador/Dono da embarcação	19,2	48,1	54,4
Sócio com outras pessoas	5,8	6,7	2,6
Empregados por conta de outrem	75,0	45,2	41,6
Desempregado	0,0	0,0	1,3
Total	100	100	100

Uma primeira constatação que se retira da interpretação conjunta destes dados é a de que com a idade se verifica uma tendência para a autonomização profissional, observando-se um aumento da categoria dos armadores nos escalões mais velhos. Corroborando outros estudos já existentes sobre esta temática, a possibilidade de adquirir a propriedade do barco e estabelecer-se por sua conta progride com a idade e constitui uma realidade para 54,4% dos profissionais inquiridos com mais de 45 anos.

A categoria profissional em função dos principais grupos de idade:

Categoria profissional	Grupos de Idade		
	Até aos 30 anos	De 30 a 45 anos	45 e mais
Mestre	4,8	21,2	17,9
Contramestre	3,8	4,8	3,8
Arrais	32,7	37,5	46,2
Marinheiro-pescador (C)	35,6	19,2	23,1
Aptidão- pescador	7,7	2,9	1,3
Maquinista	1,9	7,7	1,3
Preparador de artes de pesca	1,9	2,0	2,6
Sem cédula – não qualificados	11,5	11,5	5,2
Total	100	100	100

A categoria que se tem para o desempenho do conjunto das actividades profissionais representa a súmula das competências reconhecidas — frequentemente por diploma ou certificado — que conferem, por conseguinte uma posição na carreira. Efectivamente, no caso, por exemplo da categoria de Arrais, que possibilita a pilotagem de um barco com comprimento superior a 11 metros, vemos que aumenta com a idade. Inversamente a categoria de marinheiro é mais expressiva nas idades mais novas sinal de que a passagem desta categoria para a seguinte de Arrais atesta alguma progressão em termos de aquisição de novas qualificações.

O reconhecimento das aptidões e das competências também se angaria, como sabemos, com o tempo pela via tradicional. No entanto, na nova ordem formativa, é a frequência de cursos de cariz profissional ou profissionalizantes que dão acesso a esse reconhecimento e credenciação fundamental. A faixa profissional que no sector se apresenta amplamente desqualificada tem pouca expressão no conjunto e da ordem dos 11% nos entrevistados com menos de 45 anos. Sendo esta a faixa sobre a qual a incidência da oferta de formação justificadamente se debruça. Existe assim uma categoria de profissionais ainda por qualificar que merecem ter acesso a oportunidades de formação. Não sendo o ponto nevrálgico da situação das pescas, traduz no entanto, situações de desigualdades e retracção perante a possibilidade de uma melhoria de rendimentos que se obteriam comparativamente com alguma formação.

Mas de que modo, de onde se depreende que não é a falta de qualificação que afecta os rendimentos da pesca ou a regressão do sector, pelo que as razões deverão ser procuradas noutros domínios relativos nomeadamente à dinâmica conjuntural das mutações mercadológicas. Certo é que as novas exigências em matéria de empregabilidade são eminentemente sustentadas pelo primado da formação alcançada. Ora, dos inquiridos, mais de metade (cerca de 54%) declara ter já recebido em algum momento do seu percurso algum tipo de requalificação ou formação profissional, sendo os mais evidentes os de Arrais e Maquinistas na sua contribuição decisiva para a viabilização de projectos de uma carreira autónoma.

Distribuição da amostra inquirida por Categoria Profissional:

Categorias	Frequência	Percentagem
Arrais	90	31,4
Cédula – Marinheiro-pescador	79	27,5
Armador	30	10,5
Mestre	30	10,5
Contramestre	12	4,2
Cédula – Aptidão Pescas	12	4,2
Maquinista	4	1,4
Ajudante de Maquinista	1	0,3
Sem Cédula – não qualificado	28	9,8
Total	286	99,7
Não respondem	1	0,3
Total	287	100

Antes de mais convém explicar em relação ao quadro anterior que a categoria de armador resulta da de arrais ou de mestre, pois no universo dos inquiridos, todos os armadores são também pescadores e vão ao mar, necessitando de respectiva licença para governar a sua embarcação – carta de Arrais ou de Mestre, consoante o tamanho e a potência instalada.

Situação dos pescadores face ao trabalho:

	Frequência	Percentagem
Empregado por conta de outrém	157	54,7
Armador / dono da embarcação	112	39,0
Armador sócio com outras pessoas	15	5,2
Desempregado	3	1,1
Total	287	100

Na situação em relação ao trabalho verifica-se uma grande percentagem (44,2%) de trabalhadores por conta própria, pequenos ou médios empresários, armadores da pesca. O que reflecte a natureza empresarial nesta actividade marcadamente artesanal, de pequena dimensão e, a maior parte das vezes de natureza familiar.

4.2. Licenças de pesca (artes utilizadas)

	Frequência	Percentagem(*)
Linhas de mão	192	66,9
Palangre de fundo ou trol	143	49,8
Palangre de deriva	18	6,3
Cofres ou armadilhas	61	21,3
Redes de cerco	35	12,2
Redes de emalhar	23	8,0
Salto e vara	32	11,1
Apanha de lapas/polvos/algas	7	2,4

(*) Nota: Os itens de resposta não são exclusivos porque cada pescador desenvolve normalmente mais de uma arte ou modalidade de pesca.

Com todo o realismo, o quadro anterior, salienta a natureza artesanal da actividade piscatória que sabemos ser a característica principal da Região. De acordo com as práticas mais usuais, constatamos, sem surpresas, que a pesca à linha de mão representa a modalidade mais generalizada. A propensão ecológica desta variante não deixa dúvidas. Sabemos que embora de baixa produtividade é uma arte selectiva que preserva a integridade dos stocks marinhos, garantindo a continuidade das espécies e o crescimento natural. Contudo, verificamos uma tentativa de intensificação lucrativa da actividade, pelo recurso ao palangre de fundo que tem já uma penetração não negligenciável nas artes de pescas locais e é praticada por cerca de metade

dos inquiridos. Tirando partido das características da costa e das especificidades marinhas, a tradição dos cofres e armadilhas foi perpetuada entre nós e responde a uma apetência sempre renovada de crustáceos e cefalópodes em face de um mercado de restauração em franca expansão. Por isso, esta arte aparece com uma expressão muito significativa no conjunto de 21,3% ou seja, um em cada cinco pescadores a praticam de uma forma sazonal.

4.3. Subsidiariedade da pesca e pluriactividade

Outras actividades ou rendimentos para além da Pesca:

Actividade	Frequência	Percentagem
Agricultura	45	15,7
Construção civil e trabalhos não qualificados	28	9,8
RSI (Rendimento Social de Inserção)	13	4,5
Reforma	11	3,8
Pecuária	4	1,4
Total	101	35,2
Não exercem outra actividade	186	64,8
Total	287	100

Neste último quadro podemos observar que a percentagem de pescadores que exercem outra actividade para além da pesca é de apenas 35,2%, onde a actividade mais desenvolvida é a da agricultura com 15,7 %, e em segundo lugar, ainda com alguma significância, aparece a construção civil com 9,8%, que engloba vários serviços indiferenciados em regime de “trabalho ao dia”. Por sua vez, também estão incluídos no grupo da agricultura, os trabalhos relativos a pequenas hortas ou quintais. Não menos importante é o facto da maioria dos entrevistados que recorrem a outras actividades, serem de ilhas e de comunidades piscatórias onde a pesca é mais limitada pela sazonalidade, pelas condições meteorológicas e pelos problemas das infra-estruturas de apoio, como é o caso da ilha das Flores e da comunidade dos

Mosteiros em São Miguel. Por isto, exceptuando o caso do cultivo próprio, característico de uma economia periférica, a pluri-actividade cumulativa com a construção civil é digna de registo, não se sabendo qual delas é a principal ou a complementar da outra já que reúnem características distintas mas igualmente sujeitas a constrangimentos sectoriais e sazonais específicos. Há ainda uma razão formativa para isto: tanto uma como outra são tidas por pouco exigentes do ponto de vista das qualificações técnicas.

A pesca como sector de actividade também constitui refúgio de mão-de-obra, devido à crise económica que na Região assola nomeadamente a construção civil e obras públicas.

4.4. Dependência da natureza

Numero de dias sem poder ir ao mar nos últimos 3 meses:

	Frequência	Percentagem
0	13	4,5
1 – 15	90	31
16 – 30	106	36,8
31 – 45	33	11,2
46 – 60	22	7,6
61 – 75	1	0,3
76 – 90	4	1,3
Ns / Nr	18	6,3
Total	287	100

Tendo sido aplicados os inquéritos de Abril de 2002 a Janeiro de 2003, consideramos representar bem a dependência que a pesca tem da natureza, das condições atmosféricas e do estado do mar, nas diferentes ilhas e portos da Região, ao longo de um ano de actividade. Constata-se a elevada vulnerabilidade desta actividade, sendo que 31% dos inquiridos viram-se impossibilitados de exercer a sua actividade pelo período de pelo menos 15 dias. Ainda mais relevante e condicionador da estabilidade dos rendimentos,

temos 36,8% de pescadores que permaneceram em terra pelo período entre 16 a 30 dias. Esta elevada percentagem corresponde a vários portos que não oferecem boas condições, destacando-se o porto dos Mosteiros e Maia na ilha de São Miguel, o porto do Topo na ilha de São Jorge e o porto da Praia na Graciosa.

4.5. Média de tempo de permanência por saída para o mar

Numero de horas em média numa saída para o mar:

Horas	Frequência	Percentagem
1 – 8	84	29,3
9 – 16	93	32,4
17 – 24	30	10,5
25 – 48	25	8,7
49 – 100	23	8,0
Mais de 100	12	4,2
Ns/Nr	20	7,0
Total	287	100

A grande maioria das embarcações em actividade na Região, no período em que foram aplicados os inquéritos que suportam este estudo, de Abril de 2003 a Abril de 2004, resume a sua operação habitual a um dia de mar, ou seja, 61,7% não excedem as 16 horas de permanência por cada saída efectuada. Esta elevada percentagem corresponde normalmente a embarcações locais inferiores a 9 metros, que representam 43,3% da frota açoreana em actividade.

4.6. Distribuição dos rendimentos – modalidades utilizadas

Todo o trabalho da pesca, quer na preparação em terra, como no mar, salvo poucas excepções de pescadores que pescam sozinhos, é feito em equipa. Esta equipa denomina-se na pesca por “companha”. Cada companha constitui um só grupo de trabalho, que se impõe pela solidariedade dos seus membros. Há companhas com os mesmos componentes durante vários anos, gerando fortes vínculos afectivos e profissionais, ainda que não se suportem em nenhum contrato formal. No entanto, as companhas que se têm revelado mais coesas e duradouras são as constituídas com base na família ou com base no parentesco.

O sistema adoptado na pesca para a remuneração, no total das embarcações em actividade na Região, é o da divisão do produto (divisão em quinhões) da venda do pescado pelos membros da companha e não no estabelecimento de um salário fixo ou com variação percentual sobre as vendas efectuadas, com excepção nas embarcações que pescam o atum. Este sistema é variável na proporção dos quinhões consoante a técnica/arte de pesca utilizada e a comunidade piscatória em questão.

Pode-se considerar este sistema como encerrando em si alguma justiça, independentemente dos critérios adoptados na percentagem correspondente a cada parte dividida. Também é importante destacar as flutuações de rendimento que este sistema impõe e a falta de estabilidade económica para os que dependem da pesca que daí advém. De igual forma, este sistema de pagamento dos trabalhadores revela-se menos exigente para a entidade patronal, o armador neste caso.

Tomando como exemplo a maior comunidade piscatória dos Açores, Rabo de Peixe, normalmente nas companhas que se dedicam ao palangre de profundidade, a arte mais praticada, depois de pagas as despesas relativas a aparelhos de pesca, isca e combustível, a divisão dos quinhões é feita da seguinte forma: 3 para o barco (armador neste caso); 2 para o motor (despesa investida); 1 para o armador e 2 para cada companheiro. Também existe outra

fórmula, menos equilibrada, que é de 12 quinhões para o armador e de 2 para cada companheiro. Nos barcos que se dedicam à pesca dos pequenos pelágicos, a divisão dos rendimentos é diferente, sendo 12 para o armador e 1 para cada companheiro, estes 12 quinhões são justificados pelo investimento do armador na rede de cerco com retenida e no alador.

Se olharmos para uma ilha mais pequena, neste caso Santa Maria, verificamos uma maior razoabilidade na distribuição dos rendimentos, mais concretamente, 3 quinhões para o armador e 1 para cada companheiro, sendo que da parte afecta ao armador ele pagará as despesas com o motor, a embarcação e as redes. Esta afectação do rendimento, embora com algumas diferenças, é a mesma nas restantes ilhas. Salientando-se a ilha do Pico pela positiva, como aquela que maior justiça apresenta, onde se retiram as despesas em primeiro lugar do resultado da venda do pescado em Lota e depois divide-se 1 quinhão para o armador e 1 para cada companheiro, facto também justificado pelo tamanho reduzido das embarcações, onde se pesca com 2-3 pessoas, familiares a maior parte das vezes, por barco e também pela falta de mão-de-obra para trabalhar na pesca, o que favorece a maior oferta de rendimento.

De um modo geral, as modalidades atrás apresentadas correspondem àquilo que se verifica no arquipélago para a totalidade das embarcações de “boca-aberta”, sem convés e normalmente com menos de 12 metros, que representam a maioria parte da frota em actividade. Para as embarcações maiores, com porão e convés, mais bem equipadas e com maior autonomia, denominadas por traineiras, o sistema de distribuição dos rendimentos revela significativas diferenças. Normalmente, em primeiro lugar são pagas as despesas e depois divide-se em duas partes iguais o restante, ficando uma para o armador e outra para ser dividida pela companha, em que o mestre e o cozinheiro recebem mais 1 ou 2 quinhões do que a restante tripulação. As companhas que trabalham em terra na preparação e no iscar do aparelho também recebem pelo mesmo sistema, da mesma forma e nos mesmos montantes do que as respectivas companhas que trabalham no mar.

Na ilha do Faial, relativamente às traineiras, o sistema de divisão do rendimento é mais equilibrado, sendo que, depois de pagas as despesas, o restante é dividido em 70% para a companhia e 30% para o armador.

4.7. Tipologia e importância dos subsídios à actividade

	Frequência	Percentagem
Subsídio de mau Tempo	164	57,1
IFADAP	55	19,2
POSEIMA	51	17,8
Governo Regional	50	17,4
Governo Regional – Motorização	35	12,2
Governo Regional – Rede e Alador	5	1,7
RSI – Rendimento Social de Inserção	6	3,8

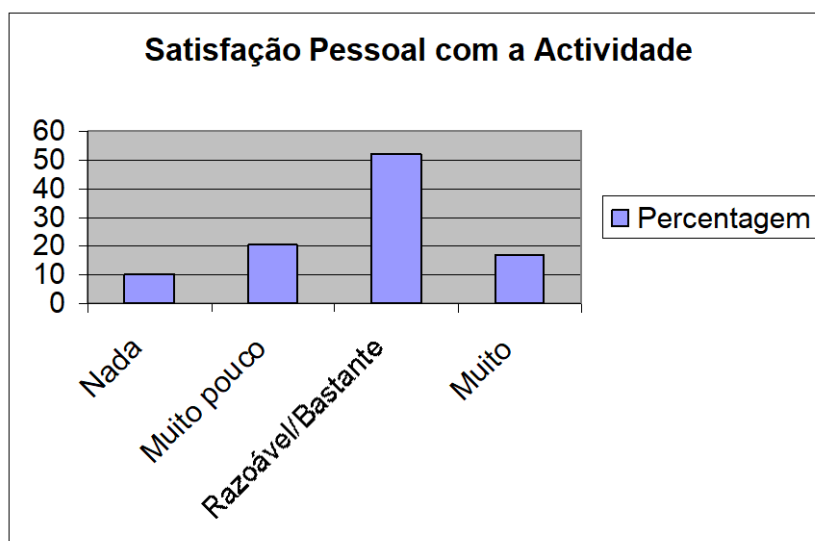
Verifica-se um grande número de beneficiários da compensação salarial de inverno, conhecida por Subsídio de Mau Tempo, cujos objectivos são de assegurar a totalidade dos marítimos que exercem a actividade da pesca de uma forma regular e cumprem uma série de requisitos legais inerentes à Legislação Laboral. Esta medida reivindicada pelas associações sindicais e assumida pelas demais organizações do sector e pela Administração Regional, encontra-se em vigor desde 2001, promulgada em Decreto Legislativo Regional e, apesar das suas limitações, tem tido reflexos positivos no rendimento dos pescadores, podendo constituir um elemento que favoreça uma maior profissionalização, a modernização empresarial e uma maior dignificação sócio profissional.

Em relação a outras ajudas recebidas, verifica-se que 31,3 % dos entrevistados já recebeu subsídios públicos tanto do Governo Regional, como do Estado Português ou da União Europeia, seja através de projectos do IFADAP, ou através de outros programas de modernização e reconversão do sector das pescas.

4.8. Grau de satisfação no exercício profissional e na situação perante o trabalho:

4.8.1. Satisfação Pessoal

Tentou-se medir os níveis de satisfação dos profissionais em vários aspectos relacionados com a actividade. Dependendo de um vasto conjunto de influências diferenciadas e não de si própria, a satisfação pessoal que se sente para com a actividade é expressão de uma síntese de percepções.



Em relação à satisfação pessoal com a actividade de cada um, verifica-se que cerca de 30% não estão satisfeitos ou, então, estarão “muito pouco satisfeitos”, enquanto que a grande maioria (cerca de 70%) está satisfeita ou muito satisfeita em termos pessoais com o seu nível e teor da actividade no sector. Se partirmos do princípio que este indicador pode traduzir a satisfação geral, cremos que ela é globalmente positiva apesar das dificuldades pelas quais a profissão passa. A par do relacionamento interpessoal parece-nos uma vertente que expressa um nível de percepção do ambiente humano que releva

muito do gosto e afectividade sentida com a profissão que se desenvolve em equipa.

4.8.2. Relação com os colegas de trabalho

A relação interpessoal é uma vertente relacional que muito contribuiu para o ambiente e clima de satisfação. O nível de satisfação na relação com os colegas de trabalho, denominados na pesca como companheiros é muito elevado. No total dos entrevistados, 93,3% estão satisfeitos ou muito satisfeitos, sendo pouco significativo o nível de insatisfação (5,9%). Se atendermos que a actividade laboral da pesca, tanto no mar como no trabalho de apoio em terra, é feita quase na totalidade em equipa, pela “companha”, designação dada pelos pescadores, este indicador de satisfação revela a importância das relações pessoais no trabalho da pesca. Não constituirá do ponto de vista das relações que se tecem na esfera laboral uma verdadeira excepção. Efectivamente, as condições humanas são, regra geral, cotadas mas positivamente que as condições materiais ou laborais de trabalho⁶.

Nível de Satisfação - Relação com os colegas

	Frequência	Percentagem
Nada Satisfeito	2	,7
Insatisfeito	15	5,2
Satisfeito	193	67,2
Muito Satisfeito	75	26,1
Ns/Nr	1	,3
Total	286	99,7
Não responder	1	,3
Total	287	100,0

A experiência de trabalho forma-se na continuidade dos anos. O percurso formativo retém muito do que se possa adquirir de profissionalmente

⁶ Cf. Francês, Robert, *Satisfação no trabalho e no emprego*, Porto, Rés Editora, 1984.

útil e relevante. No balanço da satisfação sentida pelo percurso de aprendizagem — curto ou longo — vemos expressar-se o carácter muito positivo de tudo o que se experimentou.

4.8.3 Aprendizagem e progresso profissional

Nível de Satisfação - Aprendizagem e Progresso Profissional

	Frequência	Percentagem
Nada Satisfeito	2	,7
Insatisfeito	18	6,3
Satisfeito	217	75,6
Muito Satisfeito	48	16,7
Ns/Nr	1	,3
Total	286	99,7
Não responderam	1	,3
Total	287	100,0

Em relação ao nível de satisfação com aquilo que foram aprendendo ao longo da carreira profissional, bem como, atendendo ao progresso profissional dos mais velhos aos mais novos, verifica-se que 92,3% estão satisfeitos ou muito satisfeitos. Ficando só 7% que demonstraram insatisfação. É importante salientar que nas nossas comunidades piscatórias, a transmissão de conhecimentos é feita dos mais velhos para os mais novos, a maior parte das vezes, de pais para filhos, em contexto laboral. Bem como a progressão profissional ou na carreira também respeita esta sequência, em que o normalmente o filho substitui o pai no governo da embarcação.

4.9.4 Condições de trabalho a bordo

Relativamente às condições de trabalho, também se verifica um elevado nível de satisfação (88,2%). Apesar das limitações que a maior parte das embarcações têm, o que leva a considerar a maioria do esforço de pesca da

Região como artesanal, os profissionais salientam significativas melhorias operadas nas embarcações nos últimos anos, com motorizações mais potentes, com alguma mecanização das tarefas a bordo e com barcos, ainda na sua maioria construídos em madeira, mas com características que permitem uma melhor navegabilidade e segurança.

Nível de Satisfação - Condições de trabalho a bordo

	Frequência	Porcentagem
Nada Satisfeito	4	1,4
Insatisfeito	27	9,4
Satisfeito	200	69,7
Muito Satisfeito	53	18,5
Ns/Nr	1	,3
Total	285	99,3
Não responde	2	,7
Total	287	100,0

Independentemente das reais condições a bordo e das melhorias sentidas, a acomodação ao que se têm persiste e pouco mais se deseja. É frequentes se ouvir dizer “as condições boas ou más são as que tenho”. Relembremos que muitos dos entrevistados são donos do barco. Por isso, todos sabemos que perante o que se conseguiu muito de forma pessoal — no seu próprio barco pelo seu investimento — não haverá muito para reclamar.

Assim, vemos que se a formação e aprendizagem constituem um percurso pessoal, o que é facto é que a obtenção de condições e de meios de autonomização profissional também o é. Existe por vezes mesmo o orgulho do que se conseguiu e por isso se exalta e o que se conseguiu é pois o possível.

4.9.5 Rendimentos

Uma vertente de satisfação, que pela sua importância fundamental, subjaz aos quadros de avaliação das condições de vida é sem dúvida a questão do rendimento a par das condições materiais de existência. A apreciação desta variável informa-nos de que existe uma grande cisão das opiniões na população em estudo.

Efectivamente, se dicotomizarmos as categorias pelas quais se expressa a satisfação sentida para com o rendimento auferido pelo trabalho, verificamos que cerca de metade se declara satisfeita e a concomitantemente a outra metade não retira a satisfação necessária do rendimento do seu trabalho no sector (o que acontece para 53,3%).

Nível de Satisfação - Rendimentos

	Frequência	Percentagem
Nada Satisfeito	38	13,2
Insatisfeito	115	40,1
Satisfeito	120	41,8
Muito Satisfeito	13	4,5
Total	286	99,7
Não respondeu	1	,3
Total	287	100,0

Se há vertentes de avaliação onde a subjectividade joga, a questão dos rendimentos esperados será sem dúvida uma delas. Apesar de qualitativamente avaliado sempre abaixo das expectativas, se exceptuarmos as categorias extremas as diferenças não são muito significativas. Contudo, sem grande surpresa, aqueles que se dizem “muito insatisfeitos” com o nível de rendimento são o triplo dos que se dizem “muito satisfeitos”. Comparativamente, em termos relativos, esta é contudo a dimensão onde a satisfação é menor.

A satisfação sentida é, deste modo, a expressão de um conjunto de percepções objectivas e subjectivas perante as quais se construíram apenas 4 indicadores que apresentamos. Cremos que expressam sobejamente a noção de conformidade às condições que se têm no exercício da actividade marítima de extracção do produto da pesca. Globalmente os pescadores apresentam um nível bastante razoável de satisfação geral, mais evidente no relacionamento do que na vertente dos rendimentos, como seria de esperar.

5. Participação e envolvimento Associativo

Embora não tenhamos um indicador concreto acerca da participação associativa e o grau de envolvimento que este tipo de actividade lhe desperta, fixamos alguns parâmetros que foram questionados e decorrem do conhecimento da situação individual de cada entrevistado como o facto de pertencer ou não a alguma associação profissional do sector.

5.1 Propensão associativa e reivindicativa

Pertença a alguma Organização de Produtores ou Associação profissional?

	Frequência	Percentagem
Sim	138	48,1
Não	147	51,2
Total	285	99,3
Ns/Nr	2	,7
Total	287	100,0

Existe um certo entendimento da necessidade de estar associado ou de ser membro de alguma associação, nem que mais não seja para ter apoio administrativo ou contabilístico ou simplesmente para adquirir material necessário, isto é, relacionado com o normal funcionamento da actividade. Assim, num nível mais explícito do que a motivação reivindicativa exigiria, vemos que, por razões de ordem prática, o nível de participação associativa é bastante elevado.

Tendo em conta a dinâmica associativa verificada no sector das pescas, principalmente a partir de metade da década de 70, e já apresentada no início deste estudo, poderá começar-se por referir que cerca de metade dos profissionais da pesca pertencem a alguma organização ou associação do sector. Quer seja sob a forma de Organização de Produtores, Sindicato, ou mesmo a alguma entidade que trabalhe directamente com as comunidades

piscatórias, como se pode observar no quadro que se segue. Em áreas de intervenção que vão desde os aspectos relativos ao exercício da actividade, até à valorização e desenvolvimento das comunidades piscatórias.

Designação da Organização / Associação:

	Frequência	%	% do total
Porto de Abrigo (OP)	37	28,1	12,3
Sindicato S. Miguel e Sta. Maria	32	24,2	11,1
Sindicato da Terceira	32	24,2	11,1
Associação de Pescadores da Graciosa	11	8,3	3,8
Associação de Pescadores de São Jorge	9	6,8	3,1
APEDA – Demersais dos Açores	5	3,8	1,7
Associação Marítima Açoreana	2	1,5	0,7
Sindicato da Horta	2	1,5	0,7
APASA – Atum e Similares (OP)	1	0,8	0,3
Associação de Pescadores do Pico	1	0,8	0,3
Total	132	100	45,1

Pela leitura dos dados destaca-se a Organização de Produtores Porto de Abrigo, sediada na ilha de São Miguel, com o maior número de associados, facto que se justifica pela abrangência da sua acção e âmbito geográfico alargado a toda a Região.

Em segundo lugar aparecem os Sindicatos de Pescadores de São Miguel e Santa Maria e da Terceira, ocupando estas três entidades um lugar de destaque quanto ao número de associados, relativamente às outras entidades do sector das pescas. A ilha de São Miguel concentra mais de metade dos pescadores dos Açores. Percebendo-se daí a dimensão do Sindicato dos profissionais desta ilha. Por sua vez, a dimensão do Sindicato da ilha Terceira fica a dever-se ao facto de não existir sediada naquela ilha mais nenhuma entidade do sector das pescas.

Ainda que de natureza diferente, as associações e sindicatos abarcam cerca de metade dos profissionais entrevistados, cumulando muitos deles mais do que uma pertença (ao sindicato e à associação). As associações de âmbito ou vocação mais restritos congregam minorias de profissionais que, como se compreende, apenas se reúnem em associação por motivo das suas especificidades próprias.

5.2 Importância Sindical

A acção reivindicativa e a consciência dos interesses particulares de classe leva, por vezes, os profissionais dos diferentes sectores a congregarem-se em redor de associações e instituições que, pela sua natureza, reúnem meios técnicos, institucionais e humanos para empreender a defesa desses mesmos interesses. No trabalho de parceria alargada, na negociação ou na concertação social onde tem lugar próprio, os sindicatos são os legítimos representantes do mundo laboral. Nem sempre porém, a sua função é percebida deste modo. Na prática, sabemos que o sindicalismo perde força e a mobilização em redor das causas sindicais tendem a regredir em certos meios. Os níveis de sindicalização nos meios piscatórios não constituem excepção. Ainda que sobejamente afirmada a sua importância, não se verifica a correspondente filiação.

O Sindicato é importante para a defesa dos interesses dos pescadores?

	Frequência	Percentagem
Sim	216	75,3
Não	59	20,6
Total	275	95,8
Ns/Nr	12	4,2
Total	287	100,0

Assim, cerca de 3 em cada 4 dos entrevistados reconhece como muito importante a função sindical para o meio laboral em questão. No entanto, como se viu, somam apenas cerca de 23% os sindicalizados do sector.

Já no que concerne o reconhecimento da sua acção ou da eficácia deste, as opiniões são menos favoráveis. Mais de metade (58,9%) manifestam contudo a sua concordância quanto ao facto do sindicato defender efectivamente os interesses da classe e pugnar pelas causas que lhe estão inerentes.

O Sindicato defende bem o interesse dos pescadores?

	Frequência	Percentagem
Sim	169	58,9
Não	104	36,2
Total	273	95,1
Ns/Nr	14	4,9
Total	287	100,0

A via sindical permanece, contudo, uma forma de participação consagrada na obtenção de certas contrapartidas do trabalho e na negociação colectiva das regras que definem o quadro legal do trabalho⁷. De alguma forma isto é percebido pelos profissionais que entrevistámos a crença na eficácia da acção ou nas possibilidades de reverter a situação é que acusa algum desencanto que, como sabemos, está longe de ser exclusivo deste sector. É muito esta opinião que se depreende do facto de se reconhecerem benefícios e vantagens inerentes à própria acção sindical.

⁷ Cf. João Freire, Sociologia do trabalho: uma introdução, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

Tráz vantagens e benefícios ser sócio do Sindicato?

	Frequência	Percentagem
Sim	172	59,9
Não	101	35,2
Total	273	95,1
Ns/Nr	14	4,9
Total	287	100,0

Com efeito, constata-se ser sensivelmente o mesmo número a manifestar concordância quanto à obtenção de vantagens e benefícios decorrente da acção reivindicativa afecta ao sindicato (59,9%). Efectivamente o reconhecimento de interesse objectivo e de vantagens encontram-se correlacionados dado ser a avaliação do outro e, estando os interesses da classe em causa, vêem-se interesses quando por experiência já se obtiveram vantagens ou benefícios.

O que quer dizer também que as representações são muito pragmáticas a este nível, como seria de esperar. No entanto, recordemos que a taxa de sindicalização é pouco mais de 20%, significando que o reconhecimento dessas vantagens vai para além do próprio universo de sindicalizados. Convergindo assim para a sua vocação, as contrapartidas da negociação e da acção reivindicativa são indubitavelmente extensíveis aos que, por inércia ou por desinteresse, não promovem uma acção participativa.

A participação e o envolvimento é um domínio onde as atitudes mais divergem e também neste domínio de profissionais esta premissa se verifica.

Considera-se Interessado/envolvido na actividade associativa?

	Frequência	Percentagem
Nada	55	19,2
Pouco	72	25,1
Assim assim	62	21,6
Bastante	61	21,3
Muito	30	10,5
Ns/Nr	7	2,4
Total	287	100,0

Com efeito, a variabilidade de opiniões e de atitudes perante a participação concreta encontra-se bem expressa no quadro anterior. Ainda que os que estão “pouco ou nada envolvidos” nas acções participativas somem 44,3% contra 31,8% dos que dizem se encontrar “bastante ou muito envolvidos”, o que verificamos é que a dispersão de situações e a tónica dominante. Ulteriormente foi nos dado perceber que os mais envolvidos são os que anteriormente reconheceram vantagens pessoais e colectivas decorrentes da acção de participação que nem sempre é reivindicativa.

As prioridades de como se deve exercer a acção associativa estão bastante clarificadas na mente dos profissionais entrevistados. As vias para as afirmar é que nem sempre o estão do mesmo modo.

5.3 Prioridades para a acção associativa

Foram ainda sugeridas algumas prioridades alternativas ou aspectos integrantes daquilo que se considera ser a reivindicação comum das associações e sindicatos. As opiniões parecem convergir para a defesa de interesses objectivos que se percebem deverem ser reafirmados no contexto das mudanças actuais.

Quais deveriam ser as prioridades das associações do sector?

	Frequência	Percentagem
O interesse pelos problemas dos pescadores	78	27,2
Facultar material de pesca	31	10,8
A defesa dos interesses da classe	121	42,2
Difundir informação sobre o sector	14	4,9
Alertar para as condições de segurança	11	3,8
Total	262	91,3
Ns/Nr	32	11,1
Total	287	100,0

Deste modo, verificamos pela leitura do quadro anterior que os interesses objectivos e os problemas da classe são unanimemente reafirmados como prioridade latente preocupações dos inquiridos. Indicador indirecto de percepções em matéria de instabilidade perante as mudanças que se concebem poderem afectar o sector, este tipo de preocupação denuncia, em nosso entender, muito do que dissemos logo no início deste estudo em termos de dinâmica verificável para o sector. Curiosamente as questões de segurança ou relativas à disseminação informativa, essas, muito menos. Todos concordarão que a maior segurança é a possibilidade de laboração efectiva e não a eliminação da actividade pelas mudanças fluidas que se vislumbram.

6. Perspectivas para a Renovação da Pesca

6.1 Principais problemas da actividade

Principais problemas da actividade piscatória:

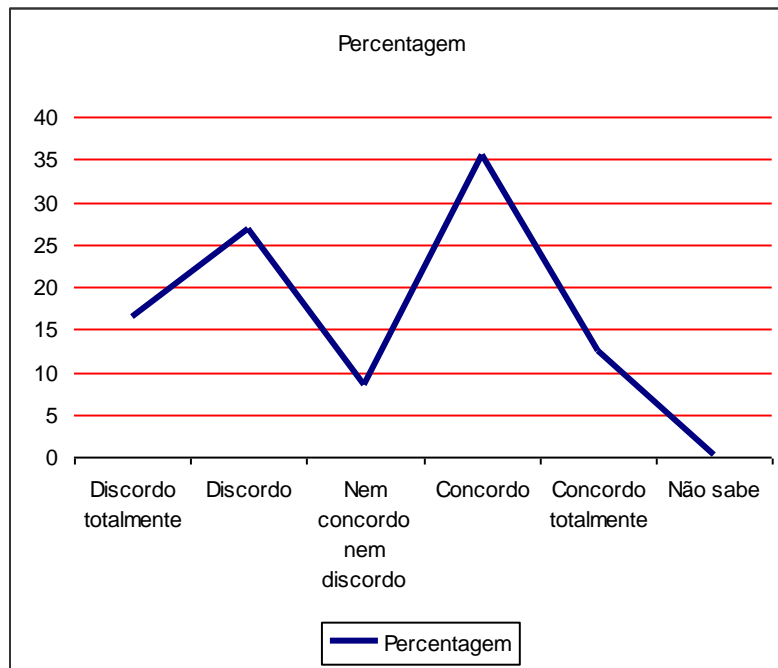
	Frequência	Percentagem
Leis inadequadas	100	34,8
Recursos escassos	85	29,6
Falta de informação e formação	15	5,2
Inexistência de um rendimento estável	44	15,3
Burocracia exagerada	11	3,8
Falta de investimento público e privado	19	6,6
Ns/Nr	13	4,5
Total	287	100,0

Os principais problemas da actividade piscatória para a maior parte dos entrevistados prendem-se com a legislação que regula pesca, tantas vezes referida nos seus erros e lacunas, como seja o facto de não atender a especificidade artesanal da nossa pesca nem ter, muitas vezes, em conta a vulnerabilidade dos recursos marinhos da ZEE dos Açores, reivindicando-se épocas de defeso para espécies tão rentáveis como o goráz, a título de exemplo, como forma de sustentar a captura desta espécie.

6.2 Expectativas pessoais futuras em relação à pesca

Em relação ao futuro da pesca, pelo menos nos moldes em que ela se pratica nos Açores, as expectativas são muito pessimistas, com cerca de 40% dos entrevistados a considerarem que a pesca artesanal tem tendência a acabar, como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado. A quase maioria dos pescadores atribui à diminuição acentuada dos recursos e ao facto dos mais jovens não ingressarem no mundo da pesca, as razões para tal cenário.

A pesca tradicional tem tendência para acabar?



Mesmo assim, 56,1% dos pescadores, se fossem jovens outra vez, escolheriam de novo a pesca, como se pode observar no quadro que se segue, enquanto que quase 40% não voltariam a ser pescadores.

Escolheria de novo ser pescador?

	Frequência	Percentagem
Sim	161	56,1
Não	113	39,4
Total	274	95,5
Ns/N	13	4,5
Total	287	100,0

Mas mais pessimista ainda são os cerca de 67% dos inquiridos que não aconselham ou não aconselhariam os seus filhos, ou outros jovens a seguir esta profissão, como se vê pela leitura do quadro que se segue.

Aconselha os seus filhos ou outros jovens a escolher a profissão?

	Frequência	Percentagem
Sim	61	21,3
Não	191	66,6
Tota	252	87,8
Ns/N	35	12,2
Total	287	100,0

Esta desmotivação dos pescadores em relação à continuidade da sua actividade por parte dos filhos, deve-se essencialmente à instabilidade de rendimentos que esta actividade proporciona e à necessidade de aumentar o esforço de pesca, traduzida no aumento gradual do número de anzóis utilizados, que tem vindo a aumentar de ano para ano.

6.3 Necessidades para melhorar a actividade

O que considera mais necessário em termos de Condições de Trabalho?

	Frequência	Percentagem
Novas e melhores embarcações	39	13,6
Embarcações de fibra ou alumínio	80	27,9
Novas artes/outras espécies	33	11,5
Melhores infraestruturas	69	24,0
Melhorar os rendimentos	50	17,4
Outra	3	1,0
Ns/Nr	13	4,5
Total	287	100,0

Os principais problemas ou condicionalismos que ainda continuam a afectar a actividade piscatória nos Açores, prendem-se com a natureza artesanal das embarcações, a maior parte delas construídas em madeira e com mais de uma década de trabalho. Assim, assumiu o maior número de respostas aqueles que referiram que novas embarcações (13,6%) e nomeadamente em fibra de vidro ou alumínio com 27,9% (este último de maior preferência), seria o mais

necessário para melhorar as condições de trabalho na pesca, principalmente se tivermos em atenção que serão embarcações cabinadas e com condições de frio para melhor conservação do pescado, o que também possibilitará uma maior autonomia e a maiores capturas por saída para o mar. Em segundo lugar aparece 24% dos entrevistados que referem a necessidade de melhores infra-estruturas de apoio, como melhorias nos portos e lotas. Também significativo é o facto de 17,4% referirem que o aumento dos rendimentos seria o mais importante para a melhoria das condições de trabalho. Por último, mas também importante é a percentagem de 11,5% de pescadores que referem que deveriam-se criar condições para exercer o esforço de pesca a novas espécies e a maiores profundidades, iniciativa já posta em prática pela Organização de Produtores Porto de Abrigo e que tem conseguido entusiasmar os profissionais do sector.

6.6 Alternativas profissionais no sector

Confrontados os pescadores inquiridos com o cenário hipotético de terem de abandonar a actividade piscatória, pelo colapso desta ou por outra hipótese semelhante, e sugeridas outras actividades alternativas relacionadas com o mar, não deixa de ser significativo o facto de muitos pescadores referirem nunca terem pensado nisso, apesar da crise que a pesca atravessa e tantas vezes lembrada pelos pescadores.

la hipótese de continuar a trabalhar ligado ao mar, mas não como pescador o que acha que gostaria de fazer?

	Frequência	Percentagem
Turismo ligado à pesca, pesca desportiva	126	43,9
Marinha mercante	43	15,0
Venda, preparação e exportação de peixe	38	13,2
Artesanato ou actividades etnográficas	12	4,2
Outra	6	2,1
Nada ou não faço ideia	51	17,8
Total	276	96,2
Ns/Nr	11	3,8
Total	287	100,0

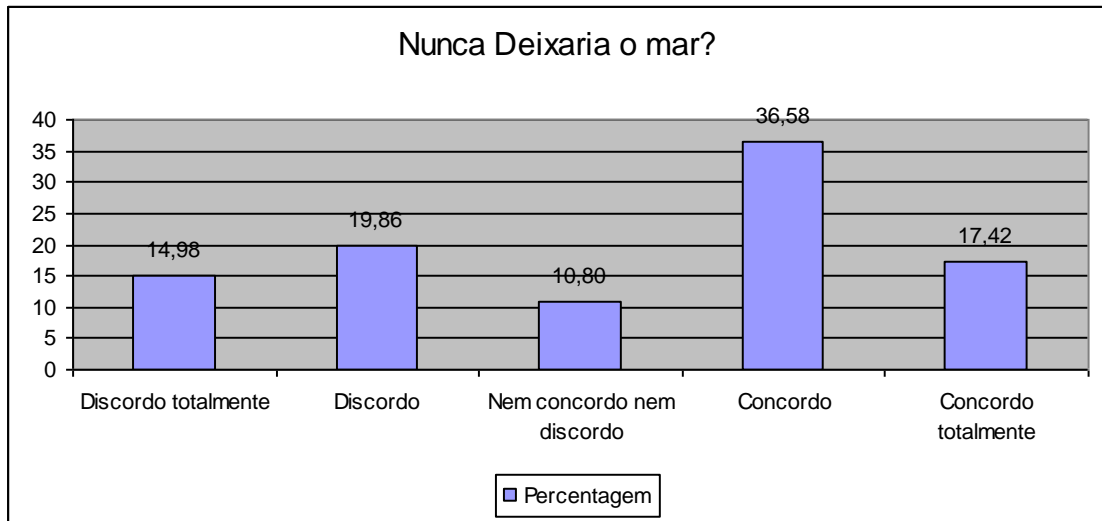
Do quadro atrás apresentado, temos 43,9% dos inquiridos que revelaram interesse em trabalhar em áreas do turismo marítimo ou da pesca turística. Enquanto que 15% mudariam de ramo de actividade ligada ao mar, mais concretamente para a marinha mercante e outros 13,2% gostariam de trabalhar em terra na área do processamento e da comercialização do pescado. Também não deixa de ser relevante, como já foi referido, o facto de 17,8% dos pescadores referirem nunca terem pensado nessas hipóteses.

6.7 Alternativas profissionais ao sector

Alternativas profissionais - Categorias de nova profissão:

	Frequência	Percentagem
Construção Civil	79	27,5
Agricultura / Lavoura	16	5,6
Comércio / Indústria	24	8,4
Carpintaria / Marcenaria	7	2,4
Continuar a outra actividade que já exerce	3	1,0
Emigração	9	3,1
Outras profissões/ocupações	16	5,6
Qualquer coisa	20	7,0
Não mudava - continuava ligado ao mar	39	13,6
Nada / Reforma	17	5,9
Não sabe	57	19,9
Total	287	100,0

Confrontados desta vez com o cenário de necessidade de abandono da actividade, verificamos que 27,5% dos entrevistados optaria pela construção civil, área de trabalho que normalmente se apresenta como um recurso em épocas de crise do sector das pescas, por razões que se prendem com as poucas qualificações exigidas.



Importante são os cerca de 40% dos inquiridos que ou não mudavam de actividade, ou não sabem o que fariam em relação ao cenário proposto, como se pode verificar também pelo gráfico acima apresentado. O que mostra bem que a vida do mar, mais do que uma profissão é um modo de vida, com tudo o que isso possa implicar.

7. Formação e Percursos Profissionais

Já receberam algum tipo de formação anterior?	%
Sim	54.1
Não	42.4
Ns/nr	3.5
Total	100.0

Como se pode observar pela distribuição de idades dos entrevistados, representativa da realidade do sector, os pescadores mais velhos, que tiraram a Cédula Marítima antes da década de 80, não receberam qualquer formação para tal, apenas efectuaram o teste de aptidão física. De realçar também que a formação para Arrais de Pesca e Motorista só começou a ser dada nos Açores entre 1974-75. Justificando-se assim a percentagem elevada de pescadores (42,4%) que não receberam qualquer tipo de formação, como se constata na leitura dos dados apresentados abaixo.

7.1 Qualificações técnicas e formação recebida

Tipos de Formação adquirida pelos entrevistados	%
- Curso de Arrais	51.3
- Curso para Cédula Marítima	23.1
- Aptidão pescas	5.8
- Curso de Contra-Mestre	5.1
- Curso de Maquinista	4.5
- Curso de Mestre	4.5
- Segurança e meios de salvamento	1.9
- Operadores de rádio	1.3
- Informática	0.6
- Formação especializada em escolas náuticas	1.9
Total	100.0

7.2 Percursos profissionais e longevidade profissional

Como anteriormente, se viu, a distribuição por idades dos profissionais da pesca não indicia grandes distorções comparativamente a outras estruturas de activos. Nem sequer se pode dizer que as pescas tenham um corpo de activos mais velhos que a agricultura. Correlativamente com a idade dos entrevistados, o percurso de trabalho destes profissionais ao longo do tempo revela uma tendência para um elevado índice de antiguidade nesta actividade, tendo muitos deles já idade avançada no activo. Com efeito, verificamos que, o conjunto dos entrevistados, em média tem já um tempo de 21, 26 anos de trabalho na pesca, que naturalmente; média que se eleva com a geração considerada, sinal de uma grande fixação e apego ao sector. A dificuldade em mudar de trabalho, aliada a escassez de alternativas, condicionam naturalmente a trajectória profissional. O gosto pela pesca poderá não estar em causa mas não foi exclusivamente ele que ditou contudo esta continuidade geracional e num exercício regular ao longo da vida. Na faixa populacional para além dos 45 anos, evidencia-se uma média de tempo de serviço superior a 36 anos, com uma compreensível maior variabilidade de situações do que nos restantes grupos de idade mais jovens. A análise da antiguidade dos mais velhos revela ainda que a reforma nem sempre representa o tão proclamado afastamento profissional muito claro em certas profissões como os administrativos ou empregados comerciais. Registamos mesmo nove casos de excepcional antiguidade superior a 50 anos de exercício.

Média e desvio padrão do tempo de exercício profissional para cada grande grupo etário:

Idade	Média	Desvio-Padrão	% .
Profissionais com Menos de 30 anos	10,77	11,49	36,5
Profissionais entre 30 e 45 anos	20,77	6,27	36,5
Profissionais com mais de 45 anos	36,06	7,17	27,0
Conjunto dos entrevistados	21,26	12,95	100

Pela sua expressão, desagregando os valores relativos à antiguidade, foi nos dado perceber que metade da população dos profissionais da pesca têm mais de 20 anos de exercício profissional. Indicador que julgamos tanto mais importante salientar quanto sabemos que lhe correspondem expectativas de continuidade e o domínio de um saber técnico específico inatingível de outra forma. Efectivamente a experiência dos profissionais do sector é em termos práticos incontestável. A associação existente entre idade e antiguidade não sendo surpreendente, revela contudo que, regra geral, a pesca foi uma forma de entrada na vida activa e é esta primeira actividade que se mantém ao longo do tempo. À semelhança do que se observa na actividade agrícola, a pesca vem proporcionar um completo de rendimentos com os quais se subsidia o pecúlio da pensão de velhice, sendo esta insuficiente para viver. A idade e longevidade profissional são ainda um indicador da importância que, em certas comunidades, são as gerações mais velhas que mantêm viva esta profissão.

A expressão da antiguidade profissional no sector piscatório:

Tempo de actividade	Frequências	%	Média das idades
Menos de 10 anos	54	18,8	25,13
De 10 a 19 anos	90	31,4	29,83
De 20 a 29 anos	67	23,3	40,66
De 30 a 39 anos	44	15,3	48,45
Mais de 40 anos	31	10,8	59,52
Total	286	100	37,5

As dinâmicas geracionais e as profissionais encontram-se assim sincronizadas sobre um modelo tradicional de fraca mobilidade profissional em que a expressão e a experiência dos mais velhos constitui ainda uma referência digna de nota. Foi já salientado que se começa a trabalhar bastante cedo neste sector. Efectivamente só uma entrada precoce no mundo do trabalho e uma saída tardia (se saída há) é que podem traduzir este modelo tradicional de longevidade laboral em que a trajectória de trabalho é a história da própria vida.

7.3 Apetência e predisposição para adquirir novas qualificações ou formação:

Interesse em receber futuramente algum tipo de formação	Percentagem
Interessado	40.3
Não Interessado	59.7
Total	100.0

Cerca de 40% dos pescadores entrevistados consideram-se interessados em receber futuramente algum tipo de formação, em áreas que são discriminadas, segundo a preferência destes profissionais no quadro abaixo apresentado. Enquanto que cerca de 60% não revela interesse em frequentar qualquer tipo de formação, este grupo é constituído pelos profissionais mais velhos que consideram não necessitar de formação para melhorar o desempenho da sua actividade.

7.4 Áreas de interesse formativo

Pela leitura do quadro abaixo apresentado, verificamos que 15,8% dos inquiridos desejariam uma formação que lhes permitisse a progressão na carreira, com a obtenção por via dessa formação de cartas ou licenças que permitem governar embarcações. Mais significativo são os 73,7%, de entre os que desejam receber futuramente formação, que optariam por cursos ou acções com o objectivo de aprofundar os conhecimentos técnicos relacionados com a actividade, dando especial destaque às novas tecnologias e às comunicações em primeiro lugar e, seguidamente, a novas técnicas ou artes de pesca.

Também se tentou aferir da vontade de receber formação em áreas não directamente relacionadas com a pesca, opção que recebeu 10,5% das escolhas dos entrevistados.

Qualificações técnicas e formação desejada nos Pescadores entrevistados - Aspirações de Formação (categorias):

Tipos de Formação desejada	%
<i>Qualificações que permitem a progressão na carreira</i>	(15.8)
- Curso para Cédula Marítima	0.9
- Curso de Maquinista	3.5
- Curso de Arrais	6.1
- Curso de Contra-Mestre	0.9
- Curso de Mestre	4.4
<i>Qualificações que permitem a especialização e/ou aprofundamento de conhecimentos técnicos</i>	(73.7)
- Tecnologias e comunicações	21.9
- Técnicas/Artes de pesca	17.5
- Tudo o que for possível relativo à profissão	10.5
- Segurança e Higiene no trabalho	8.8
- Navegação	6.1
- Legislação da Pesca	4.4
- Segurança e meios de salvamento	1.8
- Cálculo e noções elementares de marítimo	1.8
- Higiene e conservação do pescado	0.9
<i>Em outras áreas ou actividades</i>	(10.5)
Construção Naval	1.7
Outras Profissões relacionadas com a pesca	0.9
Outras Profissões não relacionadas com a pesca	5.3
Agricultura/Lavoura e similares	0.9
Biologia Marinha	1.7
Total	100.0

8. Os profissionais mais jovens e a formação

Tanto pelas condições e estatutos como pelas fracas perspectivas de rendibilidade, a pesca não constituirá certamente dos sectores profissionalizantes que mais atrai os jovens. A integração geracional revela-se em boa medida tanto na assimilação das qualificações adquiridas como na continuidade e nos percursos profissionais.

Apesar de se verificar uma forte propensão para a reprodução sócio-profissional, no seio das comunidades piscatórias, a condição de pescador não se herda; constrói-se. E, constrói-se muito pela formação. Mas a formação, como sabemos, alterou-se substancialmente ao longo dos tempos na sua forma como se encara ou como se concebe e nos conteúdos. Se relativamente aos conteúdos, a mudança na surpreende ninguém, já as expectativas relativas à formação são menos visíveis e menos perceptíveis nas transformações que sofreram.

A formação tradicional que nas gerações mais velhas se aprendia por efeito de proximidade, familiaridade ou vizinhança onde entrava como que naturalmente o trabalho em redor do produto do mar vê-se hoje desestruturada pela imposição de regras de trabalho padronizadas e uma concepção espartilhada que separa conteúdos formativos de exercício e práticas laborais. A imprescindível modernização do sector foi uma aposta pouco clara, como se sabe que do ponto de vista dos conteúdos formacionais não foi muito reajustada ao que seriam as necessidades reais locais de formação e as especificidades desta faixa populacional nomeadamente quanto à sua dificuldade de sucesso escolar, fraco índice de literacia de reivindicação que fazem com que aumentem ainda mais as discrepâncias face aos requisitos legais da administração pública. A promoção da modernização e a equiparação ao restante sector Europeu fazem com que as acções se pautem mais pela necessária incorporação das regras de protecção, salvaguarda da vida humana e de higiene e segurança no trabalho. Mas mesmo antes da apetência dos conteúdos formativos, acrescenta-se ainda a circunstâncias de enquadramento

do desempenho profissional em que a situação de contratação e de dedicação a tempo inteiro ao mar deixa pouco espaço às possibilidades formativas.

Nesse sentido, a conciliação das actividades formativas com as necessidades de sustento decorrentes do trabalho é algo difícil num primeiro momento do percurso de inserção profissional. Com efeito, da análise da situação face ao trabalho, decorre que antes dos 35 anos de idade, 75% dos inquiridos encontram-se numa situação de trabalho por conta de outrem cuja dependência efectiva é a nota dominante.

A formação, apresenta no seu sentido de requalificação ou de reconversão uma base de aprendizagem inseparável dos níveis de escolarização do público a quem se destina. Uma perspectiva de formação, tomando por objecto os pescadores mais jovens. Considerando porém a faixa dos de menos de 35 anos constata-se que cerca de 60% de entre eles têm menos do que o 6º ano de escolaridade ou 2ºano do liceu. O abandono escolar é um flagelo que pela especificidade do meio sócio-familiar encontra aqui uma expressão considerável. Tornar-se pescador é, nas representações correntes da maioria, uma alternativa à escola. Deste modo, a vocação parece relegada, ao mesmo título que o trabalho na construção civil e a actividade agrícola, para a falta de vontade em seguir o percurso escolar. A ideia de que “para pescador não se estuda” parece aqui bem patente. Com efeito, o universo dos mais jovens (que foram alvo do estudo) demonstra de forma inequívoca os baixos índices de escolarização que outros estudos anteriores já relevaram.

Graus de escolaridade dos Profissionais com menos de 35 anos:

Níveis de Escolaridade	Frequência	%	% cum.
Não lê nem escreve	16	15,4	15,4
Lê e escreve sem frequência	4	3,8	19,2
Ensino básico ou primário	41	39,4	58,6
Ciclo preparatório	27	26,0	84,6
Ensino Unificado	9	8,7	93,3
Ensino Complementar	4	3,8	97,1
Não Respondem	3	2,9	2,9
Total	104	100	100

Sabemos que em termos do forte condicionamento socializante em que a pesca é vista como um exclusivo masculino e um espaço próprio do homem, é sobre este que recaem as expectativas da comunidade quanto ao papel profissional no sector. Mas um papel concorrente com a escola que leva ao abandono precoce na mira de uma independência económica. Esta, porém, é cada vez menos uma possibilidade real sem as qualificações que as novas regras de empregabilidade impõem. Até que ponto este princípio foi devidamente assimilado no mundo actual por parte dos que se apresentam no mercado de trabalho é uma questão sem resposta mas tudo leva a crer que certas camadas sociais, pela sua situação, tendam em desprezá-lo mais do que outras. É seguramente aqui o caso dos jovens que se lançam na actividade piscatória.

A formação profissional recebida em função das categorias:

Categoria profissional	Já recebeu algum tipo de formação?		
	Sim	Não	Total
Mestre	11,5	17,4	14,1
Contramestre	3,8	5,0	4,3
Arrais	54,5	18,2	38,6
Marinheiro-pescador (C)	14,1	41,3	26,0
Aptidão- pescador	5,8	2,5	4,3
Maquinista	1,9	0,8	1,4
Preparador de artes de pesca	0,6	2,5	1,4
Sem cédula –não qualificado	4,4	9,9	6,9
Total	100	100	100

Há um inevitável predomínio do reconhecimento das competências profissionais por via formativa oficial. Os profissionais do sector estão conscientes do facto. Mas a formação é também, muitas das vezes, vista como o resultado da acumulação de experiência na prática profissional e na progressão pessoal, com transmissão intergeracional ou aprendizagem “*in loco*”. É em parte isto que explica particularmente que na categoria de

Marinheiro-pescador, que dá acesso à cédula, esta possa ser vista como algo alheio às questões de formação. Já a promoção para a categoria de arrais é entendida como necessitando de uma formação por suporte que aliás a justifica e fundamenta a partir de marinheiro pescador.

9 O Futuro da profissão e expectativas sobre o rumo da actividade

Com toda a certeza, os profissionais que entrevistamos tem um profundo conhecimento do que as artes e as técnicas exigem. Mas têm também a consciência dos riscos que a sua actividade e as mudanças actuais implicam. Duas razões fundamentais parecem influenciar negativamente a opinião dos pais no sentido de desaconselhar os filhos a optar pela profissão. Primeiro a sua própria experiência de vida. Ao tomarmos a percepção do sector e o aconselhamento profissional que pretendem para os filhos quisemos relevar um indicador de projecção intuitiva acerca das suas representações de continuidade e mudança. Para além da percepção pouco abonatória da actualidade da faina marítima nos dias que correm, a projecção sombria para um futuro não muito distante informa que 75,6% dos inquiridos prevê uma evolução em sentido desfavorável e só 13,6% em sentido contrário. Logicamente a percepção de uma tal tendência evolutiva afasta, na globalidade, perspectivas de investimento de qualquer tipo. Existe, contudo, uma parcela que ainda acalenta esperanças num futuro melhor e se diz disposto a encaminhar os filhos para esta profissão. São, compreensivelmente, só uma pequena minoria dos que a escolheriam de novo.

10. Conclusões

O mar é uma constante que molda o comportamento e o carácter de quem com ele vive e sobrevive. É uma condicionante e um marcador de identidade. A pesca um meio de vida e uma arte complexa que a tradição manteve e a modernidade teima em apagar. Pelo menos nas suas práticas ancestrais, algo adversas à lógica de mercado que parece submergir actualmente todos os sectores da economia e impor-se como um forte constrangimento mesmo nos espaços mais periféricos como é o caso do arquipélago dos Açores. São já vários os estudos que referem as dificuldades que as pescas enfrentam por isso o nosso estudo não será, nesta rubrica, perfeitamente original. Foi no entanto, com o intuito fundamental de perceber como é que os profissionais da pesca vêem a sua situação e o seu evoluir que se montou o presente inquérito.

Com recurso ao método de amostragem, começámos por diagnosticar as características pessoais e o estado do conjunto populacional que foi necessário inferir. Numa primeira impressão cremos ter confirmado que o universo de pescadores profissionais, já recenseados por outros estudos ou por entidades oficiais, se cifra em cerca de três milhares, ainda que o valor real flutue de acordo com os critérios que se usam para o seu apuramento. Muita da dificuldade deriva da impossibilidade técnica de se poder recensear devidamente a parcela dos que não vivem exclusivamente da pesca quer seja esta a actividade principal ou a secundária ou um complemento subsidiário para melhorar algum outro rendimento conseguido por outra via. Ainda que a pluriactividade não seja a regra, a própria classificação em actividade principal ou secundária quando reportada a uma faixa de emprego sem grande enquadramento sócio-institucional — ou sem garantias de regularidade de rendimentos ou de afirmação de expectativas de segurança laboral — perde sentido e contribuiu naturalmente para dificultar a quantificação objectiva à luz das categorias estatísticas mais usuais. Seja como for, quatro em cada cinco

das embarcações têm menos de 9 metros de comprimento e a esmagadora maioria é de boca aberta confirmando assim o seu carácter artesanal e a sua vocação familiar. Quando se exige hoje, a rendibilidade económica e a exploração lucrativa dos empreendimentos, constatamos a agravante situação dos bancos de pescado terem rareado para certas espécies que ainda há bem pouco tempo constituíam uma oportunidade de vida para um grande número de profissionais do sector que não tinham outras alternativas de vida. Sabemos que a pesca profissional desenvolvida em moldes artesanais sofreu uma erosão sem precedentes e os últimos resistentes debatem-se com o dilema da sobrevivência profissional e da sustentabilidade familiar. Talvez por essa razão precisa, as expectativas de vida a médio e longo prazo estejam depreciadas e não alcancem mais do que uma geração no activo; ou seja a actual. As exigências formativas e de investimento profissionalizante que garantem a qualquer profissão o seu quadro de referência mais importante só dificilmente se vislumbram no panorama da pesca artesanal.

Nesse sentido não custa admitir que a pesca artesanal tenha evoluído para uma forma de sustento difícil de manter e exercida muitas vezes na complementaridade de actividades sazonais ao sabor da conjuntura. Encontramos também aqui muitas das razões que explicam a dificuldade de quantificação que no início do estudo tentamos e que sabemos ter sido insuficiente. Quando todos os estudos e recenseamentos se prendem no volume de profissionais que directa ou indirectamente vivem da extracção do produto do mar, o que convém anotar, é que este alimenta nas suas margens um conjunto de actividades pouco tipificadas e ainda menos dadas à profissionalização tal como teoricamente se definem. Existe, assim, tudo o indica, uma propensão para se congregarem actividades periféricas em redor do pescador profissional que dificilmente serão contabilizadas numa óptica de emprego. O que é facto é que muita da actividade feminina (e até dos menores) passa, nestes círculos restritos, ou pela desocupação profissional ou pela ajuda solidária para com a actividade principal dos homens. Assim se compreende também que um activo na pesca sustenta um conjunto familiar que depende fortemente do rendimento incerto da actividade piscatória e dada

a dimensão e estrutura familiar que caracteriza esta comunidade, abrange um significativo quantitativo populacional. Com este intuito, procuramos extrapolar para o universo populacional total dos elementos familiares directa ou indirectamente envolvidos e sobretudo dependentes do chefe de família ou do casal cuja a principal actividade e fonte de receita seriam o seu trabalho no sector. Sabemos assim que uma avaliação restrita dos que se encontram directamente dependentes e ligados à actividade nos informa da existência de mais de seis milhares laboral ou activamente envolvidos, e isto, considerando apenas a pertença familiar. Num segundo momento, verificamos também que a população a cargo na estrutura familiar considerada permite perspectivar um universo assinalado entre os 13 mil e os 14 mil indivíduos que dependem directamente dos rendimentos conseguidos com a actividade da pesca. Felizmente, alguns membros do agregado familiar já criaram ou procuram formas de vida alternativas à pesca porque estimamos entre 17 e 18 mil o volume dos que familiarmente constituem os agregados nucleares dos pescadores.

De acordo com o quadro de profissionalização pouco estruturado que se referiu e perante uma certa inércia típica dos sectores tradicionais, as expectativas de mudança são pouco ambiciosas e assentam sobretudo no vislumbamento da conjuntura adversa no seu evoluir. A mudança nos processos de trabalho mais imperceptível mas irrevogável. As qualificações são relativamente baixas e a pesca é vista como um sector onde o investimento prévio em educação não é nem aconselhável nem necessário. Aspecto que diverge por demais da tendência que hoje em dia se regista nos critérios de empregabilidade qualquer que seja o sector ou o ramo considerado. Esta visão estende-se e abarca os mais novos como não podia de deixar de ser.

A formação e o que ela representa de aprendizagem extra-laboral ou preparação técnica são diferentemente percebidas pelos inquiridos. Ainda que muitas vezes percebida como o resultado da acção contingente da experiência sob efeito das condições de trabalho, a formação prévia não é muito

reconhecida como necessária para o desempenho profissional nesta actividade concreta das pescas. Corroborando assim concepções que não viam a profissão como a mobilização de saberes específicos adquiridos num qualquer processo de aprendizagem anterior ao exercício activo. Verificamos que a escolaridade — mesmo dos mais jovens — continua ainda muito baixa e a actividade é frequentemente encarada como não tendo requisitos de aprendizagem técnica prévia e, pior ainda, é que pode ser concebida como uma alternativa ao percurso escolar mínimo nas exigências da modernidade.

Este facto não contribui nem para dignificar a profissão nem para equiparar os níveis de profissionalização que outros países hoje apresentam. Existe uma faixa mais vulnerável que como se viu ronda os 10% de deficientemente preparados ou em situação de desqualificação quase total para o sector. Se se encarar a formação como um factor de mudança esta pode ser eleita como um alvo a requalificar dentro de um planeamento de capacitação profissional adequado à autonomização que se pretende para os profissionais do sector. Efectivamente, a via profissionalizante e de autonomização continua a ser vista como o resultado do êxito e do acaso pessoal e, tal como outrora, se obtém muito pela progressão na idade relacionada que está com a aquisição de experiência laboral e intergeracional. Nunca tivemos dúvidas, quando abordamos este estudo, de que estávamos perante um grupo profissional relativamente específico e heterogéneo. Os dados que relevamos assim o confirmam também. A participação assim como o envolvimento associativo regem-se por modalidade de acção orientadas por interesses objectivos na pragmática da vida profissional. A percepção das mudanças é sempre uma questão problemática mas aqui bem expressa quanto ao que induz de desestabilização nos quadros mentais com os quais se perspectiva o futuro.

Pelo que reflecte de configuração organizacional e de solidariedade laboral, a divisão do trabalho, qualquer que ela seja, foi durante muito tempo o cerne do interesse de muitos estudos de índole sociológica. Não foi contudo, a questão central da divisão do trabalho que elegemos como objectivo de estudo

mas sim a caracterização de uma categoria de profissionais nas suas vivências do quotidiano e sobretudo quanto ao que os diferencia na diversidade profissional.

O trabalho nas pescas apresenta uma inegável divisão assente em critérios estatutários mais do que funcionais. Em termos de divisão e repartição das tarefas que com ele estão relacionadas, note-se por exemplo uma forte divisão etária que atribui aos mais novos, funções de fraca tecnicidade e maior esforço enquanto entre géneros impera uma divisão que têm por base a natureza propriamente marítima activa ou o apoio e suporte das actividades em terra reservado frequentemente às mulheres.

A formação pode ser entendida como uma preparação prévia e adequada da força de trabalho. Qualquer seja a categoria ocupacional, verificamos que existem níveis de qualificação pouco acentuados.

A maior parte das profissões, que hoje auferem de um sólido reconhecimento social, organizam-se de segundo um modelo de progressão educação/formação/exercício e profissionalização. A mobilização e a relação entre as principais vertentes do saber (teórico e aplicado) são equacionadas numa imprescindível complementaridade de articulação. A aprendizagem teórica aparece como uma condição prévia de acesso ao exercício profissional.

No caso vertente, a estruturação profissional das profissões ligada ao mar, independentemente das gerações consideradas, assenta muito ainda num modelo de formação pela experiência ou não planificada, sendo directamente o resultado das contingências de oportunidade.

11. Bibliografia:

BARRETO, António (Dir.), *A situação social em Portugal em 1960-1995*, 2 vol.s, Lisboa, Instituto de ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

BOISSONNAT, Jean, *Le travail dans vingt ans*, Rapport de la Commission, Paris, Éd. Odile Jacob/ La Documentation Française, 1995.

CARMO, Francisco, "O meio rural açoriano", in *Arquipélago – série Ciências Sociais*, nº1, Universidade dos Açores, 1986, pp. 33-63.

CARMO, Francisco, *Reflexões sobre o desenvolvimento*, Universidade dos Açores,

FERREIRA, José M. Carvalho *et alii*, *Sociologia*, Lisboa, Mc Graw-Hill, 1996.

FIDALGO, Manuel, *Açores/ensaios de Sociologia*, Ponta Delgada, Instituto Açoriano de Cultura, 1996.

FRANCÈS, Robert, *Satisfação no trabalho e no emprego*, Porto, Rés, 1984.

FREIRE, João, *Sociologia do trabalho: Uma Introdução*, col. "Ciências do Homem", Porto, Edições Afrontamento, 1993.

Freire, João, *O Trabalho Independente em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1995.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin, *O inquérito, Teoria e Prática*, Lisboa, Celta Editora, 1992.

GUERRA, Isabel, “Modos de Vida – Novos percursos e novos conceitos”, *Sociologia – Problemas e Práticas nº 13*, 1993, pp. 59-74.

INE, Censos 2001, Volume Açores.

KERLINGER, Fred N., *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

Kovács, Iona, e Moniz, António Brandão, “O trabalho humano em sistemas integrados de produção (CIM): uma perspectiva sociológica”, in *Sistemas Integrados de Produção: Uma Abordagem Antropocêntrica*, Lisboa, CESO, 1990.

Kovács, Ilona , “Novas tecnologias, recursos humanos, organização e competitividade”, in *Sistemas Flexíveis de Produção e Reorganização do Trabalho*, Lisboa, CESO, 1992.

Kovács, Ilona, *et ali.*, *Qualificações e Mercado de Trabalho*, Lisboa, IEFP, 1994.

Megapesca, Estudo Socio-económico do Sector das Pescas dos Açores, Direcção Regional das Pescas, 2000.

MONIZ, António Brandão, Godinho, Manuel Mira e Kovács Ilona, *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta, 2000.

Rocha, Gilberta e Medeiros, Octávio H., *Diagnóstico sócio-económico da Região Autónoma dos Açores*, Instituto de Acção Social, Dactiloscopiado, Ponta Delgada, 1994.

Rocha, Gilberta et ali, A situação da mulher nos Açores, Assembleia Legislativa Regional, Horta, 1999.

Rodrigues, Maria de Lurdes, *Sociologia das profissões*, Lisboa, Celta, 1997.

SARES, Anita, *Caracterização do Sector das Pescas na Região de Sesimbra*, Sesimbra, Forpescas, 1993.

SILVA, Augusto Santos e José Madureira Pinto, *Metodologia das ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Metodologia da investigação*, redacção e apresentação de trabalhos científicos, Porto, Livraria Civilização editora, 1998.

TOMÁS, Licínio M. Vicente, “Dinâmica da população activa de 1981 a 1991 — contributo para uma sociologia do emprego”, *Actas do III congresso Português de sociologia*, APS, Lisboa, 2000.

TOMÁS, Licínio M. Vicente, Empregados e trabalhadores — à procura das (des) semelhanças, *Actas do IX encontro APSIOT*, 2001.

TOMÁS, Licínio M. Vicente, Novos velhos — idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho, dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores, 2003.

TORRES, Fátima M., *Os Jovens Filhos de Pescadores: socialização e expectativas profissionais. Uma abordagem exploratória*, Lisboa, UTL, ISCSP, 1994.

VICENTE, Paula, Reis, Elizabeth e Ferrão, Fátima, *Sondagens. A amostra com factor decisivo de qualidade*, Lisboa, Edições Sílabo, 1996

12. Anexo: Questionário Aplicado (a partir da página seguinte)

**ESTUDO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL E DAS PERSPECTIVAS DE
RENOVAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NOS AÇORES**

Entrevistador _____

Questionário nº |__|__|__|

O presente Questionário destina-se aos profissionais da pesca. Destina-se à recolha de informação sobre o estado actual da actividade piscatória, com vista a uma caracterização do sector e à aferição de tendências de evolução futura.

Toda a informação recolhida é estritamente anónima e confidencial. As suas opiniões são importante para a tomada de decisões, sobretudo tendo em conta as mudanças e reconversão que se perspectivam na actividade da pesca.

===== ANOTAÇÕES TÉCNICAS =====

Até 30 anos

30-45 anos

45 anos e mais

Ilha e Concelho da entrevista: Ilha: (1) (2) (3) (4) (5) (6) Concelho: _____

Localidade da entrevista: _____

Dados biográficos do entrevistado

1 - Há quanto tempo é pescador ? |__|__| anos

2 - Idade do entrevistado ? |__|__|

3 - Até agora, sempre foi pescador? 1. Sim 2. Não 3.1 Se não, o que fazia antes?

4 - Sempre exerceu aqui a sua actividade ? 1. Sim 2. Não

5 - Locais onde exerce e/ou exerceu 1º- _____ 2º- _____ 3º - _____

6 - Com que idade começou a trabalhar ? |__|__| anos 7 - Começou logo na pesca ? 1. Sim 2. Não

8 - Estado civil actual ? 1. Solteiro 2. Casado 3. Divorciado 4. Separado 5. União de facto 6. Viúvo

Dados referentes ao agregado familiar e cônjuge do entrevistado

9 - Se é casado, qual a situação da sua esposa? (Se não é, passe para a pergunta seguinte)

1. Doméstica 3. Empregada por conta de outrém 5. Trabalha para a família

2. A dias 4. Desempregada 6. Outra

9.1 - Diga sucintamente o que ela faz _____
?

10 - Se não é casado qual a sua situação familiar?

1. Vive só 2. Vive na casa dos pais ou família 3. Está deslocado 4. Outra

11 – Quantas pessoas fazem parte do seu agregado familiar? |_|_| n pessoas
 ⇒ 11.1 – Do seu agregado familiar, quantas pessoas têm um trabalho ligado à pesca |_|_| n pessoas
 ⇒ 11.2 – Do seu agregado familiar, quantas pessoas vivem do rendimento da pesca? |_|_| n pessoas

12 – Quantos filhos têm? 1. |_|| → Rapazes 2. |_|| → Raparigas

13 – Quantos filhos têm em idade escolar (com menos de 16 anos)? |_|_|
 ⇒ 13.1 – Se têm, frequentam todos a escola? 1. Sim 2. Não
 ⇒ 13.2 – Se não, porque razões?
 : _____

14 – A sua esposa sente-se realizada com o que faz ou gostaria de ter outra actividade?
 1. Está bem assim 2. Gostaria de ter outra actividade → 2.1 Qual _____

15 - Estaria ela disposta a receber formação profissional, de acordo com as oportunidades? 1. Sim 2. Não

15.1 – Se sim, em que área ou sobre o quê?: _____

(Sondar a escolaridade de forma indirecta)

16 – Que nível de escolaridade obtiveram? (O entrevistado e o cônjuge)

<p>16.1 - Nível de Ensino do entrevistado</p> <p>1. Não lê nem escreve <input type="checkbox"/></p> <p>2. Lê e escreve <input type="checkbox"/></p> <p>3. Ensino básico ou primário <input type="checkbox"/></p> <p>4. Ciclo preparatório (antigo 2º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>5. Ensino unificado (9º ou antigo 5º) <input type="checkbox"/></p> <p>6. Ensino complementar (10º ao 12º) <input type="checkbox"/></p> <p>7. Ensino médio <input type="checkbox"/></p> <p>8. Ensino superior <input type="checkbox"/></p>	<p>16.2 - Nível de Ensino do cônjuge</p> <p>1. Não lê nem escreve <input type="checkbox"/></p> <p>2. Lê e escreve <input type="checkbox"/></p> <p>3. Ensino básico ou primário <input type="checkbox"/></p> <p>4. Ciclo preparatório (antigo 2º ano) <input type="checkbox"/></p> <p>5. Ensino unificado (9º ou antigo 5º) <input type="checkbox"/></p> <p>6. Ensino complementar (10º ao 12º) <input type="checkbox"/></p> <p>7. Ensino médio <input type="checkbox"/></p> <p>8. Ensino superior <input type="checkbox"/></p>
---	--

Dados técnicos sobre a actividade profissional

17 – Possui embarcação própria para o exercício da sua actividade de pescador? 1. Sim 2. Não
 ⇒ 17.1 – Se sim, há quanto tempo? |_|_| anos
 ⇒ 17.2 – Diga-nos, por favor, quais as características da sua embarcação ou daquela onde trabalha:
 1. Quantos metros? |_|_|, |_| metros
 2. Qual a potência do motor? |_|_|_| c.v.
 ⇒ 17.3 – Quantos homens tem a sua companhia? 1. No mar |_|_| n pessoas 2. Em terra |_|_| n pessoas
 ⇒ 17.4 – Qual a lotação da sua embarcação? |_|_| n pessoas

18 – Actualmente, qual a sua situação face ao trabalho?
 1. Armador/dono da embarcação ou patrão 2. Sócio com outras pessoas
 3. Empregado por conta de outrem 3.1 → tipo de contrato ou de vínculo? _____
 → _____
 4. Desempregado desde: _____ mês/ano 5. Outro → _____
 → Especifique o quê?: _____

19 – Sempre teve esta situação? 1. Sim 2. Não 2.1 Se não, qual tinha?

20 – Que categoria profissional possui?

1. Armador 2. Mestre 3. Contra – mestre
 4. Arrais 5. Marinheiro – pescador (pescador C) 6. Aptidão Pescas
 6. Maquinista 7. Ajudante de Maquinista 8. Sem cédula
 9. Preparador de artes de pesca → 9.1 Com cédula → 9.2 Sem cédula

21 – Habitualmente trabalha mais em terra, no mar ou igualmente em ambos os locais ?

1. Em Terra 2. No Mar 3. Em ambos 9. Ns/nr

22 – Em média, numa saída normal para o mar, quanto tempo passa a preparar essa saída e quanto dura a pescaria?

1. Preparação (Em terra) |_|_| horas 2. Pescaria (No Mar) |_|_| horas

23 - Com tempo bom, quantas milhas se afasta da costa (autonomia)----- |_|_| Milhas

Caracterização / Organização e relacionamento

24 - A que artes de pesca se dedica mais?

1. Linhas de mão 5. Redes de cerco
 2. Palangre de fundo ou trol 6. Redes de emalhar
 3. Palangre de deriva (espadarte) 7. Salto e vara
 4. Cofres ou armadilhas 8. Outra. Qual? _____

(apanha de lapas / polvos / algas)

25 - Diga-me se a sua mulher dá algum tipo de ajuda para:

- | | Sim | Não |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1. Cuidar de papéis e facturas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Preparar aparelhos de pesca | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Preparar o isco (cozer batata, cortar peixe....) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Lavar barco e cuidar da casa de aprestos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Outra. Qual? _____ | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

26 – No fim do trabalho, como é feita a distribuição dos quinhões? Quanto recebe cada uma das categorias?

26.A - Assinalar as despesas que são tiradas do “monte” : (sem atribuição de quinhões)

Armador/ Barco	Motor	Combustível	Aparelhos ou redes	Isca	Mestre	companheiro
N quinhões 1. _ _	N quinhões 2. _ _	N quinhões 3. _ _	N quinhões 4. _ _	N quinhões 5. _ _	N quinhões 6. _ _	N quinhões 7. _ _

8. Outro. Qual?: _____ N quinhões |_|_| 10. → Total de Quinhões

|_|_|

27 – Nos últimos três meses, qual o maior número de dias seguidos que ficou sem poder ir ao mar?

|_|_| dias

28 – Para além de pescador, faz outro tipo de trabalho (quintal, terras, vacas, faz biscates, etc)?

	Sim	Não
1. Quintal / agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Vacas / pecuária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Construção civil, pintura, trabalhos diversos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Reforma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Rendimento mínimo ou algum tipo de subsídio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

29 – Se exerce uma qualquer outra actividade ⇨ *Explique sucintamente por palavras suas em que consiste e quantas horas dedica por semana:* _____ 29.1

|_|_| n horas

30 – Se tivesse oportunidade, gostaria de mudar ou variar a sua actividade?

	Sim	Não
1. Para outra arte de pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Para outro barco ou outro tipo de barco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Para outra companhia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Gostaria de mudar por completo de actividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31 – Pessoalmente, acha-se muito, pouco ou nada satisfeito com a actividade da pesca?

1. Nada 2. Muito pouco 3. Razoável/bastante 4. Muito

32 – Se fosse hoje, ainda escolheria ser pescador?

1. Sim 2. Não

33 – Já alguma vez recebeu algum tipo de subsídio ou de ajuda para a sua actividade vinda de:

R M G	POSEIMA	IFADAP	Subsidio de mau tempo
1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>
Ajuda compra motor	Secretaria das Pescas	Ajuda compra redes/alador	Outro
5. <input type="checkbox"/>	6. <input type="checkbox"/>	7. <input type="checkbox"/>	8. <input type="checkbox"/>



si essa ajuda?

33.1 Se sim, que grau de importância teve para

Nenhuma importância	Pouca/Alguma	Muita	Imprescindível
1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>

Razões e motivações para ser pescador

34 – Que razões o levaram a ser pescador ? (Descreva as sucintamente)

35 – Acha que foi mais uma escolha sua ou uma falta de alternativas para escolher? Ou uma sugestão dos familiares ?

1. Uma escolha minha 2. Uma falta de alternativas da altura 3. Os familiares 9. Ns/nr

36 – Aconselharia ou aconselha os seus filhos ou outros jovens a serem pescadores? 1. Sim 2. Não

37 – Que futuro deseja mais para os seus filhos? (Fazer como pergunta aberta) (Uma só resposta)

1. Que continuem as artes da pesca
2. Que tenham família, casa própriae que ganhem para eles
3. Que estudem e arranjem um emprego
4. Que façam a sua vida.....eles é que sabem
5. Outro. Qual? _____

38 – Em sua opinião, o que acha que mais falta à profissão para atrair os jovens?

Menos risco	Rendimento	Futuro	Condições de trabalho	Tudo	Não sabe
1. <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/>	9. <input type="checkbox"/>

6. Outro : _____

39 – O que acha mais necessário para se ser pescador hoje em dia? (Fazer como pergunta aberta) (duas respostas)

1. Ter bons conhecimentos sobre técnicas de navegar e de pescar
2. Saber pescar e ter jeito para apanhar peixe
3. Saber gerir bem o negócio
4. Ter muita vontade, gostar do mar e desta vida
5. Ser trabalhador e não perder dias de mar
6. Outra. Qual? _____

40 – Em termos de condições de trabalho na pesca, que considera mais necessário? (Fazer como pergunta aberta)

(Uma só resposta)

1. Novas e melhores embarcações de madeira
2. Novas embarcações em fibra de vidro ou alumínio
3. Novas artes de pesca para outras espécies / outros tipos de pesca
4. Melhores infra-estruturas de apoio (portos, rampas, lotas)
5. Melhorar os rendimentos? Como _____
6. Outra. Qual? _____

40.1 - O que acha que deveria mudar para melhorar os rendimentos? (Explicar)

Satisfação e perspectivas de futuro

41 – Em que medida está satisfeito com os seguintes aspectos do seu trabalho?

	1. Nada satisfeito	2. Insatisfeito	3. Satisfeito	4. Muito satisfeito	9. Ns/nr
1. Relação com os colegas e superiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- | | | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 2. Aprendizagem e progresso profissional | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Condições de trabalho a bordo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Rendimentos (dinheiro que ganha) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

42 – Diga até que ponto concorda com estas afirmações?

Discordo em Absoluto (1) Discordo (2) Nem concordo nem discordo (3) Concordo (4) Concordo em Absoluto (5)

Ns/nr (9)

Afirmações	1	2	3	4	5	9
1. Os pescadores vivem melhor actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A pesca tradicional tem tendência para acabar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Eu nunca deixaria o mar por outra actividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os novos procuram tudo menos a pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Se não fossem os riscos da profissão seria uma boa profissão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

43 – Em sua opinião, quais acha que são os principais problemas da classe piscatória?

(funciona como pergunta aberta)

(uma ou duas recolhas no máximo)

- | | |
|---|--------------------------|
| 1. Leis inadequadas | <input type="checkbox"/> |
| 2. Recursos escassos (pouco peixe no mar) | <input type="checkbox"/> |
| 3. Falta de informação e formação dos pescadores | <input type="checkbox"/> |
| 4. Inexistência de um preço / rendimento estável ou regular | <input type="checkbox"/> |
| 5. Burocracia exagerada (papéis a mais) Atrasos nos projectos | <input type="checkbox"/> |
| 6. Falta de investimento e de interesse público e privado | <input type="checkbox"/> |
| 9. NS/NR | <input type="checkbox"/> |

44 – Em sua opinião, comparando com outros tempos, considera que os recursos piscatórios são menores ou não?

1. Sim 2. Não → 1.1 Se sim, que razão (ões) encontra para tal?

45 – Acha que num futuro próximo, a profissão de pescador estará melhor ou pior?

- Muito pior 1. Talvez pior 2. Igual 3. Talvez melhor 4. Muito melhor 5. Não sabe 9.

46 – De acordo com a resposta dada, indique quais as razões que o levam a pensar assim?

<i>Melhor</i>		<i>Pior</i>	
1. Haverá mais apoios e acompanhamento	<input type="checkbox"/>	1. Os stocks de peixe estão a acabar	<input type="checkbox"/>
2. Os novos são mais empreendedores	<input type="checkbox"/>	2. Os mais jovens não querem seguir esta profissão	<input type="checkbox"/>
3. Há tendência para se viver melhor	<input type="checkbox"/>	3. Falta de investimento e de interesse	<input type="checkbox"/>
4. O sector vai reconverter-se e modernizar	<input type="checkbox"/>	4. Não traz estabilidade económica	<input type="checkbox"/>
5. Outra. Qual?	<input type="checkbox"/>	5. Outra. Qual?	<input type="checkbox"/>
9. Ns / Nr	<input type="checkbox"/>	9. Ns / Nr	<input type="checkbox"/>

47 – Em sua opinião, quem acha que pode ajudar melhor os pescadores? *(Funciona como pergunta aberta)*

(uma recolha)

- | | |
|---|--------------------------|
| 1. Os próprios pescadores | <input type="checkbox"/> |
| 2. A sociedade em geral ou a comunidade local | <input type="checkbox"/> |

- 3. Sindicato, associações e cooperativas
- 4. O estado e organismos oficiais
- 5. Outro. Qual? _____

Participação e envolvimento associativo

48 – Pertence a alguma organização de produtores (OP) ou a alguma associação profissional? 1. Sim

2. Não

⇒ 48.1 – Se Sim, qual a designação dessa: _____ (Porto de Abrigo/Sindicato/Outra)

⇒ 48.2 – Se Não, qual a razão?

49 – Com que acha que a associação dos pescadores se deverá preocupar mais (prioritário)?

(funciona como pergunta aberta - obter uma só resposta)

- 1. O interesse pelos problemas do quotidiano dos pescadores
- 2. Facultar material de pesca
- 3. A defesa dos interesses da classe e dos pescadores
- 4. Difundir informação sobre o sector
- 5. Alertar para as condições de risco e de segurança
- 9. Ns/Nr

50 – O que devia fazer a (cooperativa/associação) para defender os interesses dos pescadores?

51 - Considera que o Sindicato é muito importante para:

- | | Sim | Não |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1. A defesa dos interesses dos pescadores | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Defendem bem os interesses dos pescadores e da classe | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Traz benefícios e vantagens profissionais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

52 – De maneira geral, considera-se muito, pouco ou nada interessado e envolvido nos aspectos associativos?

- | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Nada | Pouco | Assim/assim | bastante | Muito | Não sabe |
| 1. <input type="checkbox"/> | 2. <input type="checkbox"/> | 3. <input type="checkbox"/> | 4. <input type="checkbox"/> | 5. <input type="checkbox"/> | 9. <input type="checkbox"/> |

Formação

53 – Se tivesse absolutamente de mudar de profissão, que acha que poderia vir a fazer?

54 – Na hipótese de continuar a trabalhar ligado ao mar (mas não como pescador), o que acha que gostaria de fazer?

(Funciona como pergunta aberta)

(duas respostas)

- 1. Turismo ligado ao mar, passear turistas, pesca desportiva
- 2. Marinha mercante ou trabalhar a bordo de navios
- 3. Na venda, na preparação e exportação de peixe
- 4. Actividades de artesanato ou ligadas a museus da pesca
- 5. Outra. Qual? _____
- 9. Nada ou não faço ideia!

55 – Já alguma vez recebeu formação desde que trabalha? 1. Sim 2. Não

⇒ 55.1 – Se sim, qual a formação, de que tipo ou para quê? : _____

56 – Está de acordo com a actual política de abate ou de subsídio para abate à pesca? 1. Sim 2. Não

⇒ 56.1 – Acha que se poderia fazer alguma coisa com esses barcos 1. Sim 2. Não 9. Ns/Nr

⇒ 56.2 – Se sim, o quê?: _____

57 – E para o desempenho da profissão de pescador, gostaria de aprender mais ou ter formação em?

- 1. Sonda / GPS
- 2. Segurança / meios de salvamento
- 3. Higiene e conservação de pescado
- 4. Leis da pesca
- 5. Segurança e Higiene no trabalho
- 6. Outra Qual?

⇒ 57.1 – Diga-nos o que gostava de aprender ? _____

⇒ 57.2 – Quantas horas estaria disposto a dedicar por semana? | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |

⇒ 57.3 – De que modo acha que deveria ser feito? (*sugestões de componentes práticas e teóricas e outras*)

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Se tem alguma sugestão ou comentário utilize este espaço:
